ENATUR

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2010

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2010

I – INTRODUÇÃO

Senhores Accionistas, nos termos legais, o Conselho de Administração da Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA, vêm submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas reportado ao exercício económico de 2010.

II - ACTIVIDADE DA ENATUR EM 2010 - ASPECTOS MAIS RELEVANTES

Na prossecução da sua actividade ao longo do ano de 2010, a ENATUR, em cumprimento dos seus estatutos e das orientações estratégicas específicas definidas para o triénio 2007/2010, centrou a sua actividade na gestão do seu património próprio e ainda do Património do Estado cedido à empresa, materializado num conjunto de imóveis onde funciona a Rede das Pousadas de Portugal.

Para tanto, a ENATUR, na sua qualidade de cedente da exploração dos imóveis supra mencionados, assegurou a realização dos investimentos que se mostraram necessários para garantir a adequada manutenção do património em causa, quer no contexto da conservação dos imóveis onde já estão instalados estabelecimentos hoteleiros, quer na adaptação e transformação de imóveis de interesse público em novas unidades hoteleiras com a classificação de Pousadas.

De realçar, neste domínio, o facto de a empresa ter lançado, em 2010, um Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a execução das obras de adaptação do edifico do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, onde irá funcionar a futura Pousada da Serra da Estrela, de acordo com um projecto que esteve a cargo do Gabinete do Arquitecto Eduardo Souto de Moura O contrato de empreitada assim adjudicado, viria a ser assinado em 21 de Janeiro de 2011.

Para complementar a cobertura financeira deste projecto, a empresa beneficiou, também, em 2010, da concessão de um financiamento não reembolsável, no montante de 5,1 Milhões de Euros, concedido ao abrigo do Despacho Normativo nº 31/2009, de 20 de Agosto, que criou o Regime

Especial de Financiamentos do Turismo de Portugal. Esta comparticipação financeira foi concedida através de um Despacho do Sr. Secretário de Estado do Turismo, em 19.07.2010.

O ano de 2010 fica ainda marcado pela realização de um conjunto de investimentos efectuados nos jardins que envolvem a Pousada de Estói, inaugurada em 2009, nomeadamente, ao nível do restauro de elementos construtivos e decorativos que integram este património classificado. Este investimento beneficiou de um apoio financeiro concedido à empresa ao abrigo do Programa de Intervenção do Turismo (PIT), conforme Despacho do Sr. Secretário de Estado do Turismo de 21 de Maio de último.

O referido investimento foi maioritariamente realizado em 2010, ano em que a empresa recepcionou cerca de 84% do valor do incentivo contratado, estando em curso a parcela remanescente do investimento, que ficará concluída ainda durante o 1º trimestre do ano de 2011.

Ainda neste mesmo exercício económico, a empresa utilizou as verbas que, ao abrigo do Decreto Regulamentar 81/80 o Turismo de Portugal, ip põe à sua disposição, destinadas a assegurar a realização das obras de estrutura de que os imóveis que integram a rede carecem e que, nos termos do Contrato de Cessão de Exploração em vigor, são da responsabilidade da ENATUR.

A Cessionária da exploração da rede de Pousadas da ENATUR tem vindo a realizar obras de ampliação nos edifícios onde estão instaladas os estabelecimentos hoteleiros que correspondem, na sua grande maioria, ao cumprimento da obrigação prevista na cláusula 15.1.3 do CCE, sem prejuízo de se ter concluído que a GPP efectuou um conjunto de investimentos excedentários, relativamente ao universo de quartos necessários para o cumprimento do designado Plano de Expansão Complementar.

A GPP apresentou comprovativos da realização de investimentos com a natureza acima descrita, que num primeiro momento foram estimados em 1.980.909,91 €, valor de que o Conselho de Administração da EANTUR tomou conhecimento na sua reunião de 22 de Setembro de 2010, data em que o mesmo Conselho deliberou solicitar à empresa que assegura a realização da auditoria externa às suas Contas, uma análise detalhada deste conjunto de documentos a fim de se equacionar a respectiva contabilização em momento posterior.

O Relatório assim elaborado ficou concluído em Fevereiro de 2011 e viria a certificar a realização de investimentos de ampliação em imóveis que pertencem á ENATUR ou ao Estado no montante de 1.903.588,72 €, valor quer a EANTUR irá reconhecer no seu passivo, em contrapartida do registo de um aumento do seu imobilizado de idêntico valor.

Por outro lado, e agora ao nível dos factos mais relevantes no âmbito da redução da Rede, assistiu-se, em meados de 2010, ao encerramento das Pousadas de Sousel e de S. Brás do Alportel, cabendo à ENATUR a responsabilidade pela gestão dos edifícios onde funcionaram estes dois estabelecimentos hoteleiros. No primeiro caso, tratava-se de um imóvel propriedade do Turismo de Portugal, ip, arrendado à ENATUR, cujo contrato, por força deste encerramento, viria a ser rescindido em 01 de Julho de 2010. Já no que diz respeito à Pousada de S. Brás do Alportel, propriedade da ENATUR, foi feita a oportuna promoção da venda deste imóvel, que acabaria por dar origem a um conjunto de manifestações de interesse na compra do edifício e na selecção de um interessado, estando prevista a realização da respectiva escritura no decorrer do 1º semestre de 2011.

De referir, por último, que a empresa adjudicou, em 2010, à empresa SGS Portugal, SA um conjunto de auditorias à qualidade dos serviço prestado na sua Rede de Pousadas, dando assim cumprimento a uma das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Cessão de Exploração nesta data em curso, relacionada com o controlo da qualidade do serviço que é prestado aos clientes da Rede de Pousadas.

Para além da preocupação com o cumprimento das suas obrigações estatutárias e das que resultam do contrato de cessão de exploração em vigor, que deram origem à realização das actividades acima mencionadas, a empresa continuou a privilegiar uma política de contenção de custos e de redução do seu passivo bancário, para onde canalizou, no ano em apreço, os meios libertos pela sua actividade, o que permitiu operar uma redução de aproximadamente 2,1 Milhões de Euros no seu nível de endividamento.
O resultado atingido, por seu lado, e seguindo uma tendência que já se manifesta desde 2006, tem sinal positivo e será objecto de análise mais detalhada nos capítulos seguintes.

III - ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

III.A – BALANÇO

A análise comparativa do Balanço da empresa reportado a 31 de Dezembro de 2010 com os valores evidenciados no mesmo documento no exercício económico anterior, revela que o respectivo activo

líquido sofreu um acréscimo de aproximadamente 1,07%, ao passar de cerca de 110,6 para os 111,7 Milhões de Euros. Esta variação fica a dever-se ao efeito combinado do lançamento, nas Contas de Balanço, do valor referente ao contrato de Apoio Financeiro celebrado em Outubro de 2010 com o Turismo de Portugal, através do qual a ENATUR beneficia da atribuição de um apoio financeiro de natureza não reembolsável de 5.101,005,75 €, destinados à cobertura financeira parcial do projecto da instalação da Pousada da Serra da Estrela, bem como ao efeito das amortizações do exercício, do lançamento de abates e correcções aos registos do imobilizado, relacionados, maioritariamente, com movimentos write off, nomeadamente de beneficiações efectuadas em imóveis de que a ENATUR não era proprietária, como é o caso das obras realizadas na Sede que ocupou, durante várias décadas, no nº 10 da Av. Santa Joana Princesa.

O mesmo Balanço revela a inscrição, na rubrica de "Activos Não correntes detidos para venda", do montante correspondente ao valor líquido do imóvel onde funcionou a Pousada de S. Brás, reflectindo, deste modo, o facto do processo de venda deste imóvel se encontrar em curso.

O substancial aumento da rubrica de Activos Não Correntes designada por "Outras Contas a Receber", por seu lado, reflecte o lançamento aí efectuado da verba correspondente à comparticipação financeira atribuída à empresa pelo Turismo de Portugal, cujo contrato foi celebrado em 2010 e que transitou da rubrica com a mesma designação de "Activos Correntes", indo assim ao encontro da metodologia preconizada pelas novas regras contabilísticas.

Ao nível do passivo, o destaque vai para a redução conseguida ao nível do seu valor global, de 2,2 Milhões de Euros, que é quase integralmente explicado pelo decréscimo conseguido ao nível do passivo bancário da empresa, para onde foram canalizados, prioritariamente, os meios libertos pela actividade, circunstância em que a estrutura de capitais alheios ficou distribuída da seguinte forma:

Endividamento	*2009*	*2010*	*Variação*	*.%*
Médio e Longo Prazo				
- Bancário				
- ITP, ip	145.006	96.671	48.335	-33,3%
Total I	145.006	96.671	48.335	-33,3%
Curto Prazo				
- Bancário	10.634.667	8.542.500	2.092.167	-19,7%
- ITP, ip	113.626	48.335	65.291	-57,5%

Total II	10.748.293	8.590.835	2.157.458	-20,1%
Total Geral	10.893.299	8.687.506	2.205.793	-20,2%

Registou-se, também, um acréscimo de aproximadamente 350 Mil Euros em "Outras Contas a Pagar", que fica a dever-se essencialmente ao aumento das contas de fornecedores de imobilizado, no contexto das obras de estrutura que a ENATUR realiza ao abrigo do Contrato de Cessão de Exploração.

Por último, e ao nível do Capital Próprio da empresa, há a registar um acréscimo global de 2,4 Milhões de Euros, maioritariamente explicado pela evolução que conheceu a rubrica "Outras variações do Capital Próprio", onde se reflectiu o subsídio atribuído á empresa ao abrigo do Despacho Normativo 31/2009, a que acresceu a evolução positiva que se registou ao nível dos resultado líquidos.

III.B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Ao nível da Demonstração de Resultados da empresa, as rubricas cuja evolução suscita comentários são as seguintes:

Outros Rendimentos e Ganhos - O decréscimo evidenciado nas Contas em análise, fica a dever-se, essencialmente, ao facto da empresa ter beneficiado, em 2009, de um prémio concedido ao abrigo do SIME, de 240.291€, que naturalmente não se "repetiu" no ano seguinte. Esta circunstância, acabou por provocar uma redução de 11% no valor desta rubrica e, por arrastamento, causou um ligeiríssimo decréscimo no valor que as Contas evidenciam relativamente ao "Total de Proveitos".

Fornecimentos e Serviços Externos – Os fornecimentos e serviços externos evidenciam um acréscimo de 23% em termos comparativos com o ano imediatamente anterior, que resulta, essencialmente, do facto de terem ocorrido um conjunto de circunstâncias, no ano de 2010, que obrigaram a empresa a incorrer em custos de natureza imperativa, relacionados, essencialmente com a desactivação da Pousada de S. Brás, com o lançamento do Concurso Público visando a adjudicação da empreitada da Pousada da Covilhã, com a preparação do acordo com a Frente Tejo referente ao imóvel onde funcionará a futura Pousada de Lisboa e

ainda com a criação do Site da ENATUR. São por isso encargos não directamente ligados ao funcionamento da estrutura, que explicam quase integralmente o acréscimo ocorrido, cuja compilação deu origem ao quadro que se apresenta de seguida.

DESIGNAÇÃO	VALOR
1. Pousada de S. Brás	
. Jardinagem	1.862 €
. Seguro Incêndio	1.139 €
. Anúncios Venda	1.040 €
. Levantamento Topográfico	870 €
2. Concurso Publico Covilhã (VORTAL)	2.180 €
3. Avaliação Terreiro do Paço	2.350 €
4. Assessoria Jurídica	10.000 €
5. Assessoria fiscal e taxa de justiça	4.290 €
6. Informática ,Reposição, Funcionamento	3.112 €
7. Site da ENATUR	4.646 €
TOTAL	**31.489 €**

Outros Custos – A presente rubrica apresenta um elevado acréscimo cuja explicação resulta do seguinte

. Do facto das normas do Sistema Normalização Contabilística determinarem que se reconheça, já em 2010, a imparidade (menor valia) associada à venda da Pousada de S. Brás, (sem prejuízo da transacção ainda não se ter concretizado), porque há conhecimento de um provável valor de venda (803.000€), o que determina que se efectue, desde já, o lançamento da diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor da transacção programada (cerca de -330.000€).

. Do facto da empresa ter procedido ao abate, em 2010, de valores do seu imobilizado relacionados com a realização de obras no edifício sito na Av. Stª Joana Princesa, nº 10, onde funcionou a sede da empresa durante muitos anos, edifício que a empresa ocupou em

regime de arrendamento e que entretanto devolveu ao respectivo proprietário, pelo que houve necessidade de proceder ao abate deste imobilizado uma vez que de acordo com o SNC, tais bens não cumprem a definição de activo, procedimento que determinou o reconhecimento de uma perda de aproximadamente 220.600€.

Juros e Gastos Similares suportados – A redução conseguida ao nível dos encargos financeiros, que representa uma economia de cerca de 122 Mil Euros, resultam, essencialmente, do facto da empresa ter canalizado para a amortização de passivos os excedentes gerados pela sua tesouraria no decorrer do ano findo, o que permitiu que se operasse uma redução ao nível do seu passivo bancário, de cerca de 2,2 Milhões de Euros, entre o final dos anos de 2009 e de 2010.

Resultado Antes de Impostos – Em virtude do ligeiro decréscimo que os "proveitos totais" evidenciam e do aumento que ocorreu do lado das principais rubricas de custos (e mais especificamente por força do peso dos lançamentos identificados na rubrica de "Outros Custos"), os resultados gerados pela empresa conheceram, em 2010, um decréscimo de 57%, ao passarem de 734 para 317 Mil Euros.

Resultado Líquido do Período – Em 2010, o resultado final é de 1.371.645€ em virtude de se ter adicionado ao Resultado Antes de Impostos cerca de 1 Milhão de Euros, proveniente de movimentos associados a impostos diferidos, nomeadamente a verba de 752.567,64€ calculada sobre os subsídios reconhecidos como proveitos no exercício, em virtude da implementação em 2010 do SNC.

III.C – SÍNTESE

A evolução das contas da ENATUR em 2010, fica marcada por uma erosão significativa dos resultados operacionais gerados pela empresa no ano findo, quando comparados com o valor obtido no ano imediatamente anterior, que fica a dever-se à ocorrência de um conjunto de situações não directamente relacionados com a actividade desenvolvida ao longo do ano em apreço, mas antes, e como já se referiu, ao facto da empresa ter sido obrigada a registar, neste ano, a imparidade (menor valia) associada à venda da Pousada de S. Brás, a que acresceu o movimento relacionado com as perdas associadas aos activos que a empresa incorporou no edifício onde funcionou a sua sede sua

anterior, que foi entregue ao respectivo proprietário no ano de 2006, sem prejuízo das regularizações ditadas por esta circunstância só terem sido reflectidas nas contas do ano em apreço
O peso do reconhecimento destes custos no ano de 2010, a que acresceu o facto da Conta de Fornecimentos e Serviços de Terceiros ter conhecido, em termos comparativos, um acréscimo invulgar pelas razões já anteriormente explanadas, acabou por anular o efeito benéfico que teria, na Conta de Exploração, as evoluções favoráveis que se registaram nas contas de "Gastos com o Pessoal" e de "Juros e Gastos Similares Suportados", onde se registaram reduções de 4.503 e de 121.916 €, respectivamente. Não obstante, e por força do efeito dos impostos sobre o rendimento do período, os Resultados Líquidos da empresa cresceram significativamente, ao passarem dos 488.933,11€ registados em 2009 (este valor apenas foi corrigido nos mapas, dada a nova metodologia do SNC, tendo passado a ser de 1.274.802,41€), para os 1,371.648,95 €.
De referir, por último, o facto do Contrato de Cessão de Exploração prever, na sua cláusula 13.1.1 (v) um acréscimo extraordinário da renda suportada pela cessionária da Rede de Pousadas neste ano de 2010, que explica quase integralmente o acréscimo de cerca de 13% registado na rubrica de vendas e serviços prestados no decorrer do ano em causa.

IV - ARTIGO 35º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES

A Enatur cumpre o disposto no artigo referido.

V - DO GOVERNO DA SOCIEDADE

1.1. Missão, Objectivos e Política da Empresa

- Missão

1. A Sociedade tem por Missão a concessão à iniciativa privada e a supervisão da exploração dos estabelecimentos hoteleiros da Rede Pousadas de Portugal, tal como definidas na legislação aplicável, bem como:

1.1 – A conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural com vista ao seu aproveitamento turístico, desde que integrados ou para integração na referida Rede;

1.2 – A prospecção e recomendação para aproveitamento turístico no contexto da Rede de Pousadas de Portugal de espaços disponíveis pertencentes ao Estado.

2. Acessoriamente, a Sociedade poderá assumir a exploração directa dos estabelecimentos hoteleiros da Rede de Pousadas de Portugal, desde que a título transitório por efeito da cessação, ainda que extemporânea, da cessão de exploração e até que nova cessão seja adjudicada no âmbito da prossecução do objecto principal.

3. A Sociedade poderá ainda participar em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades de objecto diferente do seu, desde que de responsabilidade limitada

- Políticas da Empresa

A Enatur procura nas suas linhas de actuação adoptar as políticas mais adequadas que permitam obter os melhores resultados no cumprimento dos objectivos definidos.

Apesar da actual reduzida dimensão da Enatur, este Conselho de Administração está empenhado na adopção de políticas de governo da Empresa segundo padrões éticos, como sejam:

- 1. elevados padrões profissionais;
- 2. contribuição e envolvência dos seus colaboradores para a melhoria da actividade da Empresa;
- 3. transparência na actuação da Empresa e observância do cumprimento da lei e dos estatutos;
- 4. obtenção de bons níveis no cumprimento das obrigações fixadas no Contrato de Cessão de Exploração

1.2. Regulamentos internos e externos

Com a Cessão da actividade de Exploração, todo o ambiente operacional interno da Empresa sofreu alteração profundas, que impuseram a revisão de parte substancial das normas existentes.

As alterações mais substanciais, ocorreram ao nível da alteração dos respectivos Estatutos, o documento onde estão reduzidas a escrito a maior parte das normas que ditam as regras de funcionamento da Empresa e que sofreram uma alteração substancial em 2005.

O documento assim alterado, viria a ser publicado no Diário da República de 11.04.2005 (III Série). Neste documento, estão estipuladas as normas de funcionamento de todos os Órgãos Sociais da Empresa e as respectivas competências.

1.3. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Foi celebrado em 28 de Dezembro de 2010 um contrato de prestação de serviços com a Grupo Pestana Pousadas (GPP), no montante de 190.000,00 euros, com o objectivo de a encarregar dos serviços inerentes ao licenciamento, coordenação das actividades inerentes à empreitada e ao acompanhamento da fiscalização dos projectos e das respectivas obras e trabalhos relativos à recuperação, conservação e adaptação do imóvel designado por "Sanatório dos Ferroviários" a Pousada da Serra da Estrela.

1.4. Informação sobre outras transacções

Como se referiu antes, a aquisição de bens e serviços processa-se de acordo com normas divulgadas por toda a Empresa, procurando que as mesmas sejam realizadas segundo os princípios de economia, eficiência e eficácia, e, regra geral, todas as compras respeitam as condições de mercado. Quando aplicável, como é o caso da adaptação de edifícios e monumentos históricos a Pousadas, naturalmente subsidiada por Fundos Comunitários, nomeadamente o contrato de empreitada para a realização das correspondentes obras de construção civil, a Enatur tem respeitado o regime das empreitadas de obras públicas constante do actual Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei 18/. Não há fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

1.5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros do Órgão Sociais

Mandato 2007/2010 (AG de 12 de Abril de 2007)

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente	Dr. António Carlos Nunes Carneiro
Vice-Presidente	Dra. Maria Onilda Sousa
Secretário	Dr. Nuno Queiroz de Barros

Conselho de Administração

Presidente	Eng. Rui Manuel Campos de Almeida Mota
Vogal	Dra. Maria José Martins Catarino
Vogal	Dr. João Alberto Ferreira da Silva
Vogal	Dr. José Manuel Castelão Costa
Vogal	Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Fiscal Único

Efectivo	Dr. António Simões Mateus
Suplente	Dra. Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes

Auditor Externo: BDO & Associados, SROC

1.6. Remuneração dos membros dos Órgão Sociais

Estatuto Remuneratório deliberado pela "Comissão de Fixação de Remunerações" em 29 de Agosto de 2002:

1.6.1 - Mesa Assembleia-Geral

Mandato	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2010	517,13	323,91	259,73

1.6.2 - Conselho Administração

	P	V. N.E.	V. N.E.	V. N.E.	V. N.E.	TOTAL
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base/Fixa a)	66.535,70					63.976,70
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	2.559,00					2.559,00
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	63.976.70					63.976,70
1.4. Senha de presença						
1.5. Acumulação de funções de gestão						
1.6. Remuneração variável						
1.7. IHT (isenção de horário de trabalho)						
2. Outras regalias e compensações						
2.1. Gastos na utilização de telefones	1,944,00					1,944,00
2.2. Subsídio de deslocação						
2.3. Subsídio de refeição						
2.4. Outros (identificar detalhadamente)						
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1. Regime convencionado	11.220,00					11.220,00
3.2. Seguros de saúde	140,00					140,00
3.3. Seguros de vida						
3.4. Outros (segurança e saúde no trabalho)	129,00					129,00
4. Parque Automóvel						
4.1 Marca	Audi					
4.2 Modelo	A4					
4.3 Matrícula	61-EP-63					
4.4 Valor de aquisição da viatura	37036,67					37036,67
4.5 Ano de aquisição da viatura	2007					
4.6 Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	7.868,00					7.868,00
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	2.236,00					2.236,00
4.8 Outros						
5. Informações Adicionais						
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n					
5.2. Regime convencionado						
5.2.1. Segurança social (s/n)	Seg.Soc.Única					
5.2.2. Outro (s/n)						

5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n					
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	n					

Mapa comparativo das remunerações do Presidente

Mandato	2010	2009	2008
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base/Fixa	63.976,7€	66.535,7€	66.535,7€
1.2. Redução da Lei 12-A (30/6/2 10)			
1.3. Acumulação de funções de gestão			
1.4. Prémios de gestão			
1.5. IHT (sub. isenção de horário de trabalho)			
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Gastos na utilização e telef nes	1.944€	2.500€	2.500€
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	7.868€	7.868€	7.868€
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	2.236€	2.500€	2.300€
2.4. Subsídio de deslocação			
2.5. Subsídio de refeição			
2.6. Outros (identificar detalhadamente)			
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime convencionado	11.220€	11.342€	11.342€
3.2. Seguros de saúde	140€	130€	138€
3.3. Seguros de vida			
3.4. Outros (seg. saúde no trab.)	129€	129€	127€

1.6.3 - Órgão de Fiscalização

- Fiscal Único recebeu em 2010 – 11.368,44€

Os valores expressos no quadro anterior, evidenciam um decréscimo das despesas suportadas pela empresa com o combustível da viatura de serviço atribuída ao Sr. Presidente do Conselho de Administração bem como com o respectivo telefone, que ficam a dever-se, essencialmente, à redução do número de deslocações efectuadas, justificada, essencialmente, pelo facto de se terem reduzido as deslocações para efeitos de acompanhamento de obras em Pousadas novas (a Pousada do Palácio de Estói ficou concluída em 2009) e de acompanhamento de trabalhos em Pousadas existentes.

1.7. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Com a Cessão de Exploração, a Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA, passou a ter uma actividade diferente, de concessão à iniciativa privada e supervisão da exploração da rede de Pousadas de Portugal, assim como a conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural com vista à sua adaptação a Pousada e ainda a prospecção de espaços disponíveis pertencentes ao Estado, sempre no contexto da sua integração na Rede de Pousadas de Portugal.

As contas da Enatur reflectem a actividade actual da empresa, na prossecução dos objectivos que foram definidos nos seus Estatutos e pelo mandato que foi conferido ao Conselho de Administração e que, fundamentalmente, tem, como denominador comum, a "defesa do seu património e do Património do Estado cedido à Enatur".

Também tiveram como linhas orientadoras as "Orientações Estratégicas Específicas", definidas em Assembleia-geral.

Assim, os resultados apresentados nos últimos anos reflectem a gestão da Enatur como entidade cedente da exploração da Rede das Pousadas de Portugal, a gestão do seu património e do que lhe está confiado e os investimentos realizados na recuperação de património público, adaptando-o a unidades hoteleiras com as características adequadas à instalação de Pousadas.

Cumpre observar que os resultados apresentados, reflectindo as alterações de gestão que foram implementadas pelo Conselho de Administração, na prossecução dos objectivos definidos, mantiveram em 2010 o sinal positivo já verificado desde 2006.

Mantêm-se os princípios da contenção de custos, já implementados.

Utilizando as verbas que o Turismo de Portugal, ip põe à disponibilização da Enatur, ao abrigo do DR 81/80, foram realizados diversos trabalhos de conservação em Pousadas que deles necessitavam que, por força do Contrato de Cessão de Exploração, são da responsabilidade da Empresa.

Por outro lado e com a aprovação e regulamentação do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional), a Enatur apresentou a candidatura da construção da futura Pousada da Serra da Estrela, como resultado da recuperação do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, àquele sistema de incentivos, tendo a candidatura sido aprovada pelos serviços do POVT - Valorização do Território (QREN) e o respectivo contrato sido celebrado ainda no ano de 2009.

No que diz respeito à execução do Contrato de Cessão de Exploração, a Enatur acompanhou não só as obras feitas em Pousadas da Rede, como os novos projectos de Pousadas em desenvolvimento

pela Grupo Pestana Pousadas e a prestação do serviço aos clientes, tendo adjudicado, para o efeito, a realização de auditorias à qualidade da prestação do serviço a uma empresa externa.

1.8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípio de Bom Governo

Os princípios do bom governo das empresas elencadas na RCM já estavam, em larga medida, implementados e em funcionamento na Enatur. Com efeito:

- Logo nos primeiros anos da sua constituição, foram definidos os procedimentos que instituíram a prática do controlo de gestão, através da elaboração de orçamentos e planos anuais (de exploração, investimentos) e de relatórios mensais, indicando os resultados alcançados e os desvios apurados, e a informação estatística. Com a Cessão de Exploração, excepto quanto à actividade de investimento, não nos parece que a economia da empresa justifique que se mantenha o sistema de controlo pormenorizado já acima mencionado.
- Relativamente à existência de sistema de controlo interno preconizado na RCM e também no diploma sobre controlo financeiro, valem as razões apresentadas no ponto acima.

1.9. Apresentação do Código de Ética

Como referido no Código de Ética da Empresa, publicado no site respectivo, os princípios orientadores da actividade da ENATUR e dos seus Colaboradores são: (i) - o respeito e protecção dos Direitos Humanos; (ii) - a erradicação de todas as formas de exploração e de práticas discriminatórias; (iii) - a responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente e (iv) - a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Também nele estão especificadas as principais linhas das normas de conduta, que devem ser entendidas como reguladoras da atitude geral dos Colaboradores, entre si e nas suas relações com o exterior, de modo a definir padrões de actuação que obedeçam aos princípios e valores orientadores da actividade da Empresa.

1.10. Sistema do controlo

O sistema de controlo instituído na Empresa, é um sistema tradicional, em que, a fim de assegurar a protecção dos seus investimentos e dos seus activos, é aprovado, anualmente, a afectação de uma verba destinada a garantir a realização de obras de manutenção das estruturas dos edifícios que integram o seu património. Foi instituído um novo mecanismo de controlo do grau de realização destes investimentos, em articulação com o accionista Turismo de Portugal, ip, que disponibiliza as

verbas para este efeito, provenientes das receitas de jogo do Casino da Figueira da Foz destinadas a esta finalidade, conforme resulta do teor do Decreto Regulamentar 81/80.

Em estreita ligação com a entidade que explora, nesta data, a Rede de Pousadas, é efectuado, para o efeito, um levantamento exaustivo das necessidades de investimento nesta área e estabelecidas as respectivas prioridades, em função do plafond existente para cada ano.

Em relação aos investimentos em curso, a Enatur assegura, sempre, a contratação de empresas de fiscalização, que mantêm a empresa informada dos ritmos das obras e dos eventuais desvios que possam ocorrer em termos dos prazos de execução, da ocorrência de imprevistos, etc.

A Rede de Pousadas, com todo o seu património, e/ou as obras em curso, estão cobertas pelos adequados seguros.

1.11 Prevenção de conflitos de interesse

Pelo facto da Empresa ter, actualmente, apenas um Administrador Delegado, a autorização da realização de despesas no âmbito da prossecução da sua actividade, é efectuada em sede de Conselho de Administração, quando as mesmas não estão relacionadas com a gestão corrente da Sociedade, caso em que o Administrador Delegado tem competência para a respectiva autorização.

Os membros do Conselho de Administração não detêm, nesta data, qualquer participação directa no Capital Social da Empresa. São, contudo, eleitos em representação dos principais accionistas, ou seja, 2 representantes do Turismo de Portugal, ip e da Direcção Geral do Tesouro e Finanças que representam em conjunto 51% do Capital Social e 2 representantes do accionista Grupo Pestana Pousadas, SA (que detém 49% do Capital Social). O Presidente é eleito mediante acordo prévio entre os accionistas públicos e o privado.

Nenhum membro dos Órgãos da Administração ou Fiscalização declarou ter relações relevantes com fornecedores, clientes instituições financeiras ou qualquer outro parceiro de negócio susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

1.12. Divulgação da informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de	X			

financiamento				
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

2. Cumprimento das Orientações Estratégicas aprovadas

No cumprimento da Missão da Enatur são definidos Objectivos plurianuais. Na Assembleia Geral de 12 de Abril de 2007, foram aprovadas as Orientações Estratégicas Especificas para o quadriénio 2007/2010, com destaque para:

- Acompanhamento da execução do Contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas e do Plano de Expansão Complementar a propor pelo Cessionário.

- Realização de investimentos de expansão em novas Pousadas e na remodelação e ampliação das Pousadas existentes.
- Redução do endividamento bancário em 30% até 2010.

Quanto ao "Grau de Cumprimento" destes objectivos:

- No que diz respeito à meta fixada em matéria de redução do Passivo Bancário, definida numa altura em que este valor atingia os 17,8 Milhões de Euros, a mesma acabou por ser superada atingindo em 2010 o montante de 8,5 Milhões de Euros, ou seja, uma redução de 52% relativamente ao valor de partida, pelo que o objectivo foi excedido em cerca de 4 Milhões de Euros.

A superação deste objectivo, só foi possível pelo facto da ENATUR ter canalizado, para esta finalidade, a totalidade das verbas que lhe são devidas pela Cessionária da exploração, ao abrigo do Contrato celebrado em 2003 (deduzidas dos custos de funcionamento da empresa) e ainda por força do controlo apertado a que a mesma estrutura de custos esteve sujeita ao longo deste período, a que se juntou o comportamento decrescente das taxas de juro de mercado que ocorreu no passado recente, que permitiu maximizar o volume de meios libertos para este efeito.

Acresceram a estes valores, por último, as verbas provenientes da venda do património da ENATUR ocorrida ao longo do período em apreço, que foram, igualmente, utilizadas em benefício da redução do passivo bancário em causa;

No que diz respeito ao objectivo de referente à realização de investimentos de expansão em novas Pousadas, o ano de 2010 fica assinalado pelo lançamento do concurso público internacional visando a adjudicação da empreitada referente ao projecto de recuperação do antigo Sanatório dos Ferroviários e da sua reconversão em Pousada, obra que se iniciou nos primeiros dias de 2011 e que materializa a concretização de mais um dos projectos previstos no Plano de Expansão que faz parte integrante do Contrato de Cessão de Exploração.

3. Gestão do risco financeiro

O investimento em bens do activo imobilizado tem tido sempre uma grande importância na actividade da Empresa, o qual tem sido financiado por subsídios não reembolsáveis. Contudo, porque o recebimento destes ocorre em regra posteriormente ao pagamento dos investimentos e porque a exploração não libertava os excedentes necessários ao seu financiamento, a actividade de investimento determinava a mobilização de importantes recursos alheios, nomeadamente, de empréstimos bancários.

Em virtude destes constrangimentos, verificava-se que os capitais alheios, e em particular, os de curto prazo, desempenhavam papel fulcral no financiamento da Empresa. Uma análise histórica evidencia até 31.12.2006 uma estrutura financeira desequilibrada, pois uma parcela relevante dos activos imobilizados era financiada por capitais alheios de curto prazo, em especial, empréstimos bancários. Tal facto tinha impacto significativo nos custos financeiros suportados em cada exercício, alavancando negativamente, a rendibilidade dos capitais próprios.

Consciente do risco associado a esta estrutura de capitais, da necessidade de saneamento do passivo bancário e ainda da oscilação das taxas de juro, o Conselho de Administração decidiu, em 2006 proceder à reestruturação da dívida de curto para médio e longo prazo, pelo que celebrou em 27/12/2006 com o Millennium BCP um contrato de empréstimo de 5.000.000,00€ a longo prazo (4 anos), associando-lhe um contrato de swap de taxa de juro, que tem como valor nocional o referido empréstimo e ainda, em 19/12/2006, um empréstimo destinado à antecipação de verbas referentes aos reembolsos de IVA (2 anos). Com estas operações, a Empresa foi readquirido o equilíbrio financeiro e a cobertura do risco da taxa de juro revelou-se também eficiente na medida em que nos anos de 2007 e 2008 se obtiveram ganhos, embora se tenham apurado perdas em 2009 e 2010, determinadas por factos não controlados pela Empresa (diminuição das taxas de juro de 2008 para 2009, embora tenham aumentado de 2009 para 2010). Em 31 de Dezembro de 2010, o empréstimo de 5.000.000,00€ já se encontra integralmente amortizado.

Refira-se que o volume de endividamento bancário da empresa em 31/12/2006 era muito elevado, cerca de 17,7 M€, reduzindo – se para 8,5 ME em 31.12.2010, como se observa no quadro abaixo.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO 2006-2010

Unid.: €uros

Endividamento	2010	2009	2008	2007	2006
Médio e Longo Prazo	0	0	1.666.666	3.333.333	6.500.000
Curto Prazo	8.542.500	10.634.667	13.849.416	10.062.251	11.238.694
Total	8.542.500	10.634.667	15.516.083	13.395.584	17.738.694

Por outro lado, a evolução da taxa média de juro utilizada nos últimos cinco anos é a referida no quadro seguinte, sendo que em 2010 houve um grande aumento da taxa face a 2009:

TAXA MÉDIA UTILIZADA

31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006
3,840%	2,999%	4,396%	5,233%	4,324%

Ao nível dos juros suportados pela empresa foram os seguintes:

JUROS SUPORTADOS

Unid.: €uros

31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006
299.281	477.138	813.323	748.427	680.125

Destes valores há que referir que uma parcela elevada dos mesmos foi capitalizada, conforme quadro seguinte:

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS

Unid.: €uros

31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006
30.917	69.719	257.007	87.627	325.660

Em conclusão, verificou-se neste período uma redução do endividamento bancário, com impacto positivo na estrutura de capitais, nos juros suportados e também na rendibilidade dos capitais próprios.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	(1)
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras			X	(1)
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de politica activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	(2)
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:
FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

(1) - A Enatur trabalha com várias instituições de crédito; na nossa tentativa de diversificação de entidades credoras, as condições oferecidas não forma concorrenciais face às entidades com que trabalhamos; esta ditução alplica-se, também, à diversificação de instrumentos e financiamento.

(2) - A Enatur teve um empréstimo e M/L prazo que terminou em 28.12.2011; face à actual conjuntura e às condições não favoráveis para contratação de empréstimos do mesmo teor, a Enatur tem amortizado o seu passivo bvancário com recurso à renda que recebe da Cessionária.

4. Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Os valores do PMP, ao longo dos trimestres de 2010, foram de:

1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
56,03	51,31	64,07	61,32

Deve referir-se que, fundamentalmente, a maioria dos fornecedores da Enatur são entidades contratadas para a execução de trabalhos de construção civil (empreiteiros). A empresa tem, por norma, contratualizado com esses fornecedores prazos de pagamento de 60 dias. Os aumentos registados no PMP nos dois últimos trimestres de 2010 foram motivados por facturas emitidas indevidamente que, mais tarde, foram regularizadas por notas de crédito e por divergências na facturação de outro fornecedor. Estas questões foram, entretanto, resolvidas.

5. Reportes à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e Inspecção Geral de Finanças

De acordo com o estipulado no Despacho 14277/2008, de 23 de Maio, a ENATUR disponibilizou, ao longo do ano de 2010, a informação prevista no mesmo à DGTF e à Inspecção Geral de Finanças, nomeadamente, referente ao orçamento anual e à sua execução, bem como o seu plano de investimentos com a identificação das fontes de financiamento associadas

6. Recomendações dos Accionistas

Conforme se pode constatar nos mapas do ponto 1.6, foram respeitadas as orientações expressas em Acta da Assembleia-geral de 2010. No que concerne à redução do PMP, tal como é referido no ponto 4 supra, a Enatur não o pode reduzir devido aos prazos contratuias das empreitadas que

executa, acordados com o fornecedores. Por outro lado, refira-se que a última actualização de vencimentos dos Órgãos Sociais foi feita na Assembleia-geral de 29 de Agosto de 2002.

7. Orientações sobre negociações salariais

Não se aplica este ponto aos colaboradores da Empresa. As suas remunerações não são actualizadas desde 2008.

8. Prémios de gestão

Nunca foram atribuídos prémios de gestão aos Administradores da Enatur.

9. Normas de contratação pública

Ao abrigo das disposições do D.L. 18/2008, a Enatur lançou, em 2010, um concurso público para a empreitada de transformação, em Pousada, do antigo Sanatório da dos Ferroviários, situado na Covilhã.

Para tanto, a empresa seguiu as normas previstas no código da Contratação Pública, tendo-se socorrido, para o efeito, da plataforma electrónica criada para o efeito, pela Vortal, onde toda a informação inerente a este concurso está disponível.

10. Limites de acréscimo de endividamento

Foram respeitados os limites de endividamento da Enatur, definidos nas Orientações Estratégicas para 2007/2010, tal como descrito nos pontos anteriores.

Não foram postos em causa os limites definidos para 2010 no PE.

11. Racionalização da política de aprovisionamentos

Não se aplica à Enatur, dado a tipologia e volume das compras efectuadas.

12. Artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho

Conforme mapa do ponto 1.6.2, foram cumpridas as orientações expressas na referida Lei.

13. Artigo 17º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho

De acordo com o disposto no artigo 77º do capítulo VI da Lei nº 55-A/2101, de 31 de Dezembro, a ENATUR encara a hipótese de vir a abrir uma conta no Instituto de Gestão de Crédito Público

(IGCP), logo que a Empresa disponha de disponibilidades significativas que lhe permitam encarar a hipótese de efectuar aplicações financeiras dos seus excedentes, questão que passa pela prévia amortização do seu passivo bancário, que, como se referiu ao longo do presente Relatório, tem vindo a conhecer sucessivos decréscimos.

VI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O valor dos Resultados de 2010 está, entre outras razões, directamente relacionado com as decisões que foram tomadas e que atrás foram explanadas.

Assim, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Liquido do Exercício, positivo e no valor de € 1.371.648,95, seja transferido para Resultados Transitados o valor de € 1.303.066,50 e que seja constituída a Reserva Legal no valor de € 68.582,45.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2011

Prosseguindo os objectivos delineados, no ano de 2011 a Empresa dará continuidade à implementação do Plano de Expansão, integrado no Contrato de Cessão de Exploração, assim como a outros investimentos ligados com Pousadas novas e à conservação das Pousadas da Rede.

Concluir-se-á a primeira fase da recuperação dos Jardins envolventes aos espaços ocupados pela Pousada de Estoi, de acordo com o projecto aprovado.

Continuarão as obras da futura Pousada da Serra da Estrela, com o apoio dos Fundos Comunitários (POVT/QREN) e com a comparticipação nacional do Turismo de Portugal, ip.

Também e na continuidade ao Plano de Expansão definido no Contrato de Cessão de Exploração, continuar-se-ão a avaliar os processos e a oportunidade para a construção e equipamento das Pousadas de Vila do Conde e Peniche.

No que respeita a construção de Pousadas novas, inicir-se-á a elaboração do projecto para a execução da futura Pousada de Lisboa, na sequência de um contrato de cedência do edifício onde actualmente se encontra o MAI, assinado com a Frente Tejo em Fevereiro de 2011.

Por outro lado, a Enatur acompanhará a execução do Contrato de Cessão de Exploração e, em colaboração com a Grupo Pestana Pousadas, não só a execução do Plano de Expansão Complementar a propor por aquele Grupo como do Plano de Internacionalização das Pousadas de Portugal.

VIII - AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração, expressa o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram na actividade desenvolvida ao longo deste exercício, nomeadamente:

- Aos Accionistas, pela confiança depositada e pelo interesse demonstrado na actividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-geral, pelo apoio demonstrado;
- Ao Fiscal Único, pela assinalável disponibilidade e franca colaboração permanentemente manifestadas;
- Aos Colaboradores da Enatur, pelo esforço, empenho e entusiasmo revelados no exercício das respectivas funções, sem os quais não teria sido possível a continuação da inversão verificada nos resultados da Empresa;
- Ao universo dos seus Fornecedores, Prestadores de Serviços e Instituições Financeiras a atenção e apoio manifestado no exercício findo.

Lisboa, 23 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Campos de Almeida Mota
(Presidente)

Maria José Martins Catarino
(Vogal)

João Alberto Ferreira da Silva
(Vogal)

José Manuel Castelão Costa

(Vogal)

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

(Vogal)

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

BALANÇO EM 31-12-2010

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	8	91,447,953.20	95,750,846.30
Activos intangíveis	7	30,038.14	8,337.70
Estado e outros entes públicos	17	54,279.75	54,279.75
Outras contas a receber	17	17,955,305.53	13,657,332.21
Outros activos financeiros	17	16,604.70	16,604.70
Activos por impostos diferidos	17	246,819.45	0.00
		109,751,000.77	**109,487,400.66**
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	17	20,249.46	145,277.93
Outras contas a receber	17	1,144,026.41	919,245.76
Diferimentos	17	15,773.99	11,752.57
Activos não correntes detidos para venda	9	809,361.00	
Caixa e depósitos bancários	4	10,783.72	5,558.34
		2,000,194.58	**1,081,834.60**
Total do Activo		**111,751,195.35**	**110,569,235.26**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	8,000,000.00	8,000,000.00
Acções (quotas) próprias			
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	17	53,914.73	29,468.07
Outras reservas	17	1,725,332.40	1,725,332.40
Ajustamentos em activos financeiros	17	-308,639.11	-308,639.11
Outras variações no capital próprio	13/17	69,201,080.54	67,422,182.42
Resultados transitados	17	-4,056,969.34	-4,564,065.50
Resultado líquido do período	17	1,371,648.95	1,274,802.41
Total do capital próprio		**75,986,368.17**	**73,579,080.69**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	203,440.64	203,440.64
Financiamentos obtidos	17	96,670.64	145,005.98
Passivos por impostos diferidos	16	25,357,665.58	24,792,363.76
Outras contas a pagar	17	11,615.11	87,789.33
		25,669,391.97	**25,228,599.71**
Passivo corrente			
Fornecedores	17	3,384.40	20,190.48
Adiantamentos de clientes	17	37,452.69	
Estado e outros entes públicos	17	137,331.59	25,284.97
Financiamentos obtidos	17	8,590,835.34	10,748,292.59
Outras contas a pagar	17	640,576.16	283,570.07
Diferimentos	17	685,855.03	684,216.75
		10,095,435.21	**11,761,554.86**
Total do passivo		**35,764,827.18**	**36,990,154.57**
Total do capital próprio e do passivo		**111,751,195.35**	**110,569,235.26**

Processado por: Gesbanha - Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS | **O DIRECTOR FINANCEIRO** | **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
Vendas e serviços prestados	12	2,658,562.32	2,352,006.00
Fornecimentos e serviços externos		-211,900.21	-172,142.04
Gastos com o pessoal		-240,563.54	-245,066.05
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	59,525.65	
Provisões (aumentos/reduções)	13	0.00	29,837.56
Imparidades de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-330,304.03	
Outros rendimentos e ganhos	14/20 h)	2,908,073.71	3,254,000.94
Outros gastos e perdas		-541,299.88	-330,611.85
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**4,302,094.02**	**4,888,024.56**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8	-3,716,257.36	-3,763,934.04
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**585,836.66**	**1,124,090.52**
Juros e rendimentos similares obtidos	17	6.97	187.66
Juros e gastos similares suportados	10/17	-268,363.70	-390,279.09
Resultado antes de impostos		**317,479.93**	**733,999.09**
Imposto sobre o rendimento do período	16	1,054,169.02	540,803.32
Resultado líquido do período		**1,371,648.95**	**1,274,802.41**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do periodo			

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da casa-mãe			
Interesses minoritários		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.86	0.80

Processado por: Gesbanha - Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

T. Lourenço Baeta

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENATUR

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
Vendas e serviços prestados	12	2,658,562.32	2,352,006.00
Custo das vendas e serviços prestados			
Resultado bruto		**2,658,562.32**	**2,352,006.00**
Outros rendimentos	14/20 h)	2,967,599.36	3,283,838.50
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-4,168,721.11	-4,181,142.13
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-871,603.91	-330,611.85
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		**585,836.66**	**-1,227,915.48**
Gastos de financiamento (líquidos)	10/17	-268,356.73	-390,091.43
Resultados antes dos impostos		**317,479.93**	**733,999.09**
Inposto sobre o rendimento do período	16	1,054,169.02	540,803.32
Resultado líquido do período		**1,371,648.95**	**1,274,802.41**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do periodo			

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da casa-mãe			
Interesses minoritários		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.86	0.80

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

T. Lança Baeta

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERIODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
Fluxos das actividades operacionais - método directo	4		
Recebimentos de clientes		3,148,809.51	2,917,157.16
Pagamentos a fornecedores		-208,416.33	-207,826.87
Pagamentos ao pessoal		-150,898.60	-150,201.89
Caixa gerada pelas operações		**2,789,494.58**	**2,559,128.40**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-23,367.48	-9,483.72
Outros recebimentos/pagamentos		-542,819.53	-125,123.75
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		**2,223,307.57**	**2,424,520.93**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1,076,693.01	-3,137,448.71
Activos intangíveis		-21,700.44	
Investimentos financeiros			
Outros activos			-12,505.92
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		94,500.00	560,700.00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		1,292,500.64	5,707,257.62
Juros e rendimentos similares		6.97	187.66
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		**288,614.16**	**3,118,190.65**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		4,627,188.22	11,048,500.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doacções			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-6,832,980.81	-16,066,883.98
Juros e gastos similares		-300,903.76	-552,108.68
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		**-2,506,696.35**	**-5,570,492.66**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5,225.38	-27,781.08
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5,558.34	33,339.42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10,783.72	5,558.34

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009

RUBRICAS		NOTAS	Capital próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	17	8,000,000.00	27,937.59	1,768,268.29	1,894,933.44	-308,639.11	0.00	-4,324,439.30	30,609.65	7,088,670.56		7,088,670.56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					-42,935.89			91,715,380.15			91,672,444.26		91,672,444.26
Alterações de políticas contabilísticas											0.00		0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0.00		0.00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-179,839.83			179,839.83		0.00		0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0.00		0.00
Ajustamentos por impostos diferidos						56,045.07		-24,293,197.73	-841,914.37		-25,079,067.03		-25,079,067.03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1,530.48		-1,771,138.68			422,448.34	-30,609.65	-1,377,769.51		-1,377,769.51
	2		0.00	1,530.48	-42,935.89	-1,894,933.44	0.00	67,422,182.42	-239,626.20	-30,609.65	65,215,607.72	0.00	65,215,607.72
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									1,274,802.41	1,274,802.41		1,274,802.41
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									1,244,192.76	66,490,410.13	0.00	66,490,410.13
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para coberturas de perdas													
Outras operações													
	5		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5		8,000,000.00	29,468.07	1,725,332.40	0.00	-308,639.11	67,422,182.42	-4,564,065.50	1,274,802.41	73,579,080.69	0.00	73,579,080.69

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

Enatur- Empresa Nacional de Turismo, S.A

MOEDA: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

RUBRICAS		NOTAS	Capital próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	17	8,000,000.00	29,468.07	1,725,332.40	0.00	-308,639.11	67,422,182.42	-4,564,065.50	1,274,802.41	73,579,080.69	0.00	73,579,080.69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-629,826.00			629,826.00		0.00		0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						9,308.05					9,308.05		9,308.05
Ajustamentos por impostos diferidos						66,761.56		-641,371.43	-33,459.90	-785,869.30	-1,393,939.07		-1,393,939.07
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				24,446.66		553,756.39		2,420,269.55	-89,269.94	-488,933.11	2,420,269.55		2,420,269.55
	2		0.00	24,446.66	0.00	0.00	0.00	1,778,898.12	507,096.16	-1,274,802.41	1,035,638.53	0.00	1,035,638.53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									1,371,648.95	1,371,648.95		1,371,648.95
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									96,846.54	2,407,287.48	0.00	2,407,287.48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para coberturas de perdas													
Outras operações													
	5		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5		8,000,000.00	53,914.73	1,725,332.40	0.00	-308,639.11	69,201,080.54	-4,056,969.34	1,371,648.95	75,986,368.17	0.00	75,986,368.17

Processado por Gesbanha-Gestão e Contabilidade, S.A

O TÉCNICO DE CONTAS

O DIRECTOR FINANCEIRO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade: ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A

1.2 - Sede: Av. Santa Joana Princesa, nº 12-D – 2º andar - 1700-357 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Por efeito do Contrato de Cessão de Exploração celebrado com o Grupo Pestana Pousadas, S.A., os estatutos foram alterados passando a empresa a ter como objecto principal a concessão à iniciativa privada e a supervisão, da exploração da rede de Pousadas, a conservação e recuperação de monumentos e outros edifícios de valor histórico-cultural, a prospecção e recomendação para aproveitamento turístico, no contexto da rede de Pousadas, de espaços disponíveis do Estado.

Com a publicação do DL 151/92, a empresa assumiu a natureza de sociedade comercial, ficando por tal sujeita ao Código das Sociedades Comerciais.

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, definidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas respectivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a

necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2009 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2010, excepto no que diz respeito à alteração da política contabilística relativa aos subsídios de investimentos os quais, no âmbito do POC, até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, eram contabilizados na conta 2745 e, a partir do exercício de 2010, com a adopção do SNC, passaram a ser contabilizado em capital próprio.

(valores expressos em euros)

Quantias comparativas reclassificadas		Itens ou classe de itens reclassificados			Efeitos nas demonstrações financeiras						
						Capital próprio					
		No activo	No capital próprio	No passivo	Activo	Resultado do período	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Total do capital próprio	Passivo	Total do capital próprio e do passivo
Quantias apresentadas nas demonstrações financeiras do período 2009				91672444,26							
Quantias reclassificadas	Subsídios ao investimento							91.672.444,26	91.672.444,26		91.672.444,26
	...										
	...										
Quantias comparativas após reclassificação								91.672.444,26	91.672.444,26		91.672.444,26

2.4 - Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Enatur elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC, não se tendo verificado na Enatur quaisquer ajustamentos de transição.

As principais diferenças de políticas contabilísticas com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são as seguintes:

i) O POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com o SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento como activo da NCRF 6 – Activos intangíveis, foram desreconhecidas. Uma vez que aquelas despesas estavam totalmente amortizadas, não tiveram qualquer impacto nos resultados transitados;

ii) A licença de utilização da Pousada de Santa Marinha, paga no exercício de 2009 que, no âmbito do POC foi contabilizada como despesas de instalação e amortizada naquele exercício na base de 3 anos, foi reclassificada como activo intangível pelo seu valor líquido à data de 31 de Dezembro de 2009;

iii) A Enatur adoptou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis. Alguns destes activos foram reavaliados em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. A Enatur assumiu esse novo valor como custo considerado na data de transição, conforme disposto na NCRF 3. De acordo com o referencial contabilístico a empresa concluiu não haver indicações de que os activos fixos tangíveis estavam com imparidade (excedente da quantia escriturada do activo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação á sua quantia recuperável, que é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso). Deste modo, não se efectuou qualquer estimativa da quantia recuperável dos activos, pois não tomámos conhecimento de que:

(a) o seu valor de mercado diminuiu mais do que seria esperado pelo uso normal e pelo decurso do tempo;

(b) se verificaram ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal, com impacto negativo na empresa;

(c) as taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram de forma significativa no período;

(d) não há evidência de obsolescência ou dano físico dos activos;

(e) e não esperamos, nem temos planos para, alterar o modo de uso dos activos que possa afectar de forma adversa a performance da empresa;

(f) o desempenho económico destes bens é, ou será, pior do que o esperado.

Por outro lado, os investimentos em activos fixos tangíveis nos últimos 5 anos ascendem a cerca de 50 milhões de euros, o que constitui uma parcela relevante do valor total de tais

activos, pelo que se pode presumir com razoável segurança que a quantia escriturada não se afastará da quantia recuperável.

Além do que antecede, refira-se que face ao elevado número de Pousadas, a estimativa da quantia recuperável será obtida a um custo que em nossa opinião excede os benefícios para os utilizadores das demonstrações financeiras.

iv) Foram efectuadas reclassificações de activos fixos tangíveis para "activos não correntes detidos para venda".

v) O registo dos investimentos financeiros em entidades associadas continuou a ser efectuado pelo método da equivalência patrimonial;

vi) Os subsídios de investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de capital próprio – Outras variações no capital próprio;

vii) O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários.

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

A posição financeira, bem como o desempenho financeiro e fluxos de Caixa da Enatur, não foram afectados pela conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

A reconciliação entre o Capital próprio, de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Reconciliação, reportada a 01.01.2009 (data de transição para as NCRF), entre (i) o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e (ii) o capital próprio segundo as NCRF		Activo	Capital próprio			Passivo	Total do capital próprio e do passivo
			Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Total do capital próprio		
Posição em 01.01.2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico			(4.324.439,30)	11.413.109,86	7.088.670,56	100.813.764,81	107.902.435,37
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...						
	...						
Alterações às políticas contabilísticas	Subsídios ao investimento			82.615.145,04	82.615.145,04	(82.615.145,04)	
Posição em 01.01.2009 de acordo com as NCRF			(4.324.439,30)	94.028.254,90	89.703.815,60	18.198.619,77	107.902.435,37

(valores expressos em euros)

Reconciliação, reportada a 31.12.2009 (final do último período relatado segundo o anterior referencial contabilístico), entre (i) o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico e (ii) o capital próprio segundo as NCRF, incluindo reconciliação entre (iii) o resultado relatado segundo o anterior referencial contabilístico relativo ao período 2009, e (iv) o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período		Activo	Capital próprio				Passivo	Total do capital próprio e do passivo
			Resultado de 2009	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Total do capital próprio		
Posição em 31.12.2009 de acordo com o anterior referencial contabilístico		110.569.235,26	488.933,11	(5.549.334,88)	11.260.235,93	6.199.834,16	104.369.401,10	110.569.235,26
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico	...							
	...							
Alterações às políticas contabilísticas	Subsídios ao investimento				91.672.444,26	91.672.444,26	(91.672.444,26)	
	Impostos diferidos		785.869,30	(785.869,30)	(24.293.197,73)	(24.293.197,73)	24.293.197,73	
	Excedentes de revalorização (POC)			1.771.138,68	(1.771.138,68)			
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade	...							
	...							
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF		110.569.235,26	1.274.802,41	(4.564.065,50)	76.868.343,78	73.579.080,69	36.990.154,57	110.569.235,26

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;

A Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, é como segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	2.352.006,00	0,00	2.352.006,00
Fornecimentos e serviços externos	-155.002,59	-17.139,45	-172.142,04
Gastos com o pessoal	-245.066,05	0,00	-245.066,05
Provisões (aumentos/reduções)		29.837,56	29.837,56
Outros rendimentos e ganhos	3.283.255,17	-29.254,23	3.254.000,94
Outros gastos e perdas	-330.611,85	0,00	-330.611,85
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4.904.580,68	-16.556,12	4.888.024,56
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3.763.350,71	-583,33	-3.763.934,04
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.141.229,97	-17.139,45	1.124.090,52
Juros e rendimentos similares obtidos	187,66	0,00	187,66
Juros e gastos similares suportados	-407.418,54	17.139,45	-390.279,09
Resultado antes de impostos	733.999,09	0,00	733.999,09
Imposto sobre o rendimento do período	-245.065,98	785.869,30	540.803,32
Resultado líquido do período	488.933,11	785.869,30	1.274.802,41

O ajustamento no Imposto sobre o rendimento do período refere-se ao cálculo do imposto diferido sobre os subsídios reconhecidos em proveitos no exercício de 2009, apenas para efeitos de comparativo.

d) ***Distinção, nas reconciliações das alíneas b) e c), entre correcção de erros cometidos segundo os PCGA anteriores (se aplicável) e alterações às políticas contabilísticas;***

Nestas reconciliações, as alterações verificadas decorrem apenas de alteração das políticas contabilísticas de acordo com o SNC.

e) As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

É o caso dos activos intangíveis da Enatur em 31 de Dezembro de 2010, compostos apenas pelas licenças de utilização de algumas Pousadas em que, não tendo vida útil definida, a empresa optou por não reconhecer qualquer amortização.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 *(data de transição para NCRF),* encontram-se registados ao seu custo ou ao custo revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

Exceptuam-se as Pousadas com contrato de concessão em que o critério é o de repercutir as amortizações até ao final do respectivo contrato.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a

partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valia resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de Balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado. Os activos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, a Administração/Gerência tem de estar comprometida a executar tal venda e a alienação deverá ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de Balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A entidade considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível

para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

A taxa média de capitalização utilizada no exercício foi de 3,113%. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda;
- A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é constituído pelas rendas relativas ao contrato de cedência de exploração celebrado com o GPP – Grupo Pestana Pousadas, S.A. em 2003, o qual define o valor do respectivo rédito.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo, benefícios não monetários (seguro de saúde).

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios pós-emprego: incluem apenas benefícios de pensões. Os benefícios pós-emprego abrangem:

  . Planos de benefícios definidos

  Com base no estudo actuarial, é determinado o valor da obrigação futura, a qual é descontada para a data presente, e comparada com o justo valor dos activos do plano.

3.2 - Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiencia de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 – FLUXOS DE CAIXA:

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010			31.12.2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	500,00		500,00	500,00		500,00
	...						
	Subtotais	500,00		500,00	500,00		500,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	10.283,72		10.283,72	5.058,34		5.058,34
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	10.283,72		10.283,72	5.058,34		5.058,34
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		10.783,72		10.783,72	5.558,34		5.558,34

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

5.1 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

A empresa não alterou de forma voluntária qualquer política contabilística.

5.2 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes.

6 – PARTES RELACIONADAS

6.1 – Remunerações do pessoal chave da gestão:

a) Total de remunerações:

euros

NCRF5	Remunerações do pessoal chave da gestão	Período N	Período N-1
§12	Benefícios de curto prazo dos empregados	63.976,70	66.535,70
§12	Benefícios pós-emprego	0	0
§12	Outros benefícios de longo prazo	0	0
§12	Benefícios por cessação de emprego	0	0
§12	Pagamentos com base em acções	0	0
§12	Totais	63.976,70	66.535,70

6.2 - Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A parte relacionada é o Grupo Pestana Pousadas, S.A, detentora de 49% do capital social da Enatur.

b) Transacções e saldos pendentes:

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as transacções efectuadas com partes relacionadas, e os saldos pendentes são os seguintes:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2010			Período 2009		
		Vendas	Prest. Serviços	Aquisições de serviços	Vendas	Prest. Serviços	Aquisições de serviços
Empresa-mãe	...						
	Subtotais						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...						
	Subtotais						
Subsidiárias	...						
	Subtotais						
Associadas	...						
	Subtotais						
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...						
	Subtotais						
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...						
	Subtotais						
Outras partes relacionadas	Grupo Pestana Pousadas, S.A		2.582.111,08	49.359,34		2.430.964,30	42.233,76
	Subtotais		2.582.111,08	49.359,34		2.430.964,30	42.233,76
Totais			2.582.111,08	49.359,34		2.430.964,30	42.233,76

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2010					Período 2009				
		Saldos pendentes em 31.12.2010		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2009		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Contas Cliente	Contas Fornecedor	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Contas Cliente	Contas Fornecedor	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	...										
	Subtotais										
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...										
	Subtotais										
Subsidiárias	...										
	Subtotais										
Associadas	...										
	Subtotais										
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...										
	Subtotais										
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...										
	Subtotais										
Outras partes relacionadas	Grupo Pestana Pousadas, S.A	7.301,43	(24.428,88)				154,14	(6.547,23)			
	Subtotais	7.301,43	(24.428,88)				154,14	(6.547,23)			
Totais		7.301,43	(24.428,88)				154,14	(6.547,23)			

Para além destas transacções, foi celebrado em 28 de Dezembro de 2010 um contrato de prestação de serviços com o Grupo Pestana Pousadas (GPP), no montante de 190.000,00 euros, com o objectivo de encarregar a GPP dos serviços inerentes ao licenciamento, coordenação das actividades inerentes à empreitada e ao acompanhamento da fiscalização dos projectos e das respectivas obras e trabalhos relativos à recuperação, conservação e adaptação do imóvel designado por "Sanatório dos Ferroviários" a Pousada.

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

7.1 – Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis		Projectos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	*Copyrights*, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01012009	Quantias brutas escrituradas										
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
Adições							12.505,92				12.505,92
Revalorizações											
Transferências											
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Amortizações							(4.168,22)				(4.168,22)
Perdas por imparidade											
Em 31122009 (01012010)	Quantias brutas escrituradas						12.505,92				12.505,92
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						(4.168,22)				(4.168,22)
	Quantias líquidas escrituradas						8.337,70				8.337,70
Adições							21.700,44				21.700,44
Revalorizações											
Transferências											
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Amortizações											
Perdas por imparidade											
Em 31122010	Quantias brutas escrituradas						30.038,14				30.038,14
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas						30.038,14				30.038,14

7.2 - Quantia escriturada de cada activo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida (com descrição do(s) factor(es) que desempenhou(aram) um papel significativo na determinação de que o activo tem uma vida útil indefinida).

Os activos intangíveis da Enatur são compostos apenas por licenças de utilização (alvarás), de algumas Pousadas os quais, no contexto da legislação vigente para o sector, manter-se-ão enquanto a Pousada mantiver as suas condições de funcionamento.

Uma vez que as aquisições ocorreram em 2009 e 2010 e, não se prevendo que estes activos tenham sofrido qualquer alteração ao valor mensurado, não foram efectuados quaisquer testes de imparidade.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

8.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os activos fixos tangíveis da Enatur estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respectivas amortizações.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

Nas Pousadas com contrato de concessão as amortizações são repercutidas pelo período de vigência daquele contrato.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

T3

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01012009	Quantias brutas escrituradas	3.451.562,59		122.614.859,62	28.691.644,15	653.869,09	4.256.626,25		1.438.930,67	15.193.335,99	176.300.828,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(52.474.565,40)	(22.303.312,65)	(647.847,70)	(3.654.239,59)		(1.003.989,27)		(80.083.954,61)
	Quantias líquidas escrituradas	3.451.562,59		70.140.294,22	6.388.331,50	6.021,39	602.386,66		434.941,40	15.193.335,99	96.216.873,75
Adições				320.198,81	1.577,00		8.835,51		923,28	2.329.277,99	2.660.812,59
Revalorizações											
Transferências				13.954.565,75	2.176.776,36					(16.131.342,11)	
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates - valor bruto						(3.070,57)	(14.289,46)				(17.360,03)
Alienações, sinistros e abates - Deprec.acumuladas						2.302,92	11.231,53				
Outras alterações (Valor líquido Pousada Sta. Bárbara)		207.825,51		340.259,80	83.127,00		5.528,93		12,12		636.751,36
Depreciações				(3.744.990,75)		(5.066,25)	(9.148,11)		(560,71)		(3.759.765,82)
Perdas por imparidade											
Em 31122009 (01012010)	Quantias brutas escrituradas	3.659.388,10		137.793.411,19	31.287.650,36	650.798,52	4.286.167,88		1.441.098,89	1.391.271,87	180.509.786,81
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(56.783.083,36)	(22.637.838,50)	(650.611,03)	(3.681.624,82)		(1.005.782,80)		(84.758.940,51)
	Quantias líquidas escrituradas	3.659.388,10		81.010.327,83	8.649.811,86	187,49	604.543,06		435.316,09	1.391.271,87	95.750.846,30
Adições				375.655,09			1.344,43			1.067.628,42	1.444.627,94
Revalorizações											
Transferências				756.978,38						(756.978,38)	
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda - Valor bruto		(402.270,98)		(4.241.127,64)	(1.150.711,87)		(85.140,48)		(3.190,75)	(2.756,82)	(5.885.198,54)
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda - Deprec. Acumuladas				2.994.476,63	1.038.727,85		78.891,44		3.047,19		
Alienações, sinistros e abates - Valor bruto				(474.847,00)	(121.981,86)		(86.489,22)		(340,06)		(683.658,14)
Alienações, sinistros e abates - Deprec.acumuladas				244.832,05	118.108,91		59.152,51		340,06		
Outras alterações											
Depreciações				(3.710.202,99)			(5.692,53)		(345,48)		(3.716.241,00)
Perdas por imparidade											
Em 31122010	Quantias brutas escrituradas	3.257.117,12		134.210.070,02	30.014.956,63	650.798,52	4.115.882,61		1.437.568,08	1.699.165,09	175.385.558,07
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(57.253.977,67)	(21.481.001,74)	(650.611,03)	(3.549.273,40)		(1.002.741,03)		(83.937.604,87)
	Quantias líquidas escrituradas	3.257.117,12		76.956.092,35	8.533.954,89	187,49	566.609,21		434.827,05	1.699.165,09	91.447.953,20

8.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2010, não existe qualquer activo fixo tangível dado como garantia de passivos.

8.3 - Quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os compromissos assumidos para aquisição/construção de activos fixos tangíveis, eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Período 2010	Parte dos compromissos já concretizada	209.222,62			298.740,74	507.963,36
	Parte dos compromissos por concretizar	59.514,11			649.672,82	709.186,93
	Compromissos totais assumidos	268.736,73			948.413,56	1.217.150,29
Período 2009	Parte dos compromissos já concretizada	1.137.924,02	215.259,94		822.861,09	2.176.045,05
	Parte dos compromissos por concretizar		2.600,00		875.110,54	877.710,54
	Compromissos totais assumidos	1.137.924,02	217.859,94		1.697.971,63	3.053.755,59

8.4 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados	3.710.219,35			5.692,53		345,48	3.716.257,36
	Depreciações que integram o custo de outros activos							
Período 2009	Depreciações reconhecidas nos resultados	3.744.990,75		5.066,25	9.148,11		560,71	3.759.765,82
	Depreciações que integram o custo de outros activos							

8.5 - Depreciação acumulada no final do período.

TB

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2009	52.474.565,40	22.303.312,65	647.847,70	3.654.239,59		1.003.989,27	80.083.954,61
Reforços	3.744.990,75		5.066,25	9.148,11		560,71	3.759.765,82
Reversões							
Revalorizações							
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações			(2.302,92)	(632,11)			(2.935,03)
Sinistros							
Abates				(10.599,42)			(10.599,42)
Outras alterações (Anul.venda P.Sta.Bárbara)	563.527,21	334.525,85		29.468,65		1.232,82	928.754,53
Acumuladas em 31.12.2009 (01012010)	56.783.083,36	22.637.838,50	650.611,03	3.681.624,82		1.005.782,80	84.758.940,51
Reforços	3.710.219,26			5.692,53		345,48	3.716.257,27
Reversões	(16,27)						(16,27)
Revalorizações							
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda	(2.994.476,63)	(1.038.727,85)		(78.891,44)		(3.047,19)	(4.115.143,11)
Alienações							
Sinistros							
Abates	(244.832,05)	(118.108,91)		(59.152,51)		(340,06)	(422.433,53)
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2010	57.253.977,67	21.481.001,74	650.611,03	3.549.273,40		1.002.741,03	83.937.604,87

8.6 - Para os itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

a) Data de eficácia da revalorização;

b) Recurso a avaliador independente;

c) Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens;

d) Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente por referência a preços observáveis num mercado activo ou em transacções de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes ou foi estimado usando outras técnicas de valorização;

As Reavaliações do activo fixo tangível foram baseadas nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro;

Decreto-Lei nº 278/85, de 19 de Julho

Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;

Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;

Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;

Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro;

Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

f) Excedente de revalorização (indicando a alteração do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos accionistas).

O saldo da conta "Excedentes de revalorização" relacionada com as reavaliações acima, efectuadas no âmbito do POC, foi transferido para Resultados transitados.

Activos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia líquidos de amortizações:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Monumentos Nacionais:		
Edifícios	57.861.855,41	60.329.221,92
Outras Construções	3.190.758,54	2.460.815,91
Instalações Fixas	2.626.674,67	3.290.330,83
Benfeitorias e Grandes Reparações	1.644.764,62	1.125.123,98
TOTAL	65.324.053,24	67.205.492,64

9 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

9.1 - Desdobramento das principais classes de activos e passivos classificados como detidos para venda:

(valores expressos em euros)

Desdobramento das principais classes de activos e de passivos classificados como detidos para venda		Período 2010			Período 2009		
		Activos detidos para venda	Alienações	Totais	...	...	Totais
Activos	Terrenos e recursos naturais	402.270,98	(207.825,51)	194.445,47			
	Edifícios e outras construções	1.249.407,83	(340.259,80)	909.148,03			
	Equipamento básico	111.984,02	(83.127,04)	28.856,98			
	Equipamento administrativo	6.249,04	(5.526,93)	722,11			
	Outros activos fixos tangíveis	143,56	(12,12)	131,44			
	Despesas de venda	6.361,00		6.361,00			
	Totais	1.776.416,43	(636.751,40)	1.139.665,03			
Passivos	...						
	...						
	Totais						
Diferença entre os activos e os passivos		1.776.416,43	(636.751,40)	1.139.665,03			

9.2 - Activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda, ou vendidos, no período:

a) Descrição dos activos não correntes (ou grupos para alienação):

Durante o exercício de 2010 foram classificadas em activos não correntes detidos para venda, as Pousadas de Santa Bárbara e de S. Brás.

b) Descrição dos factos e circunstâncias da venda, ou que conduziram à alienação esperada:

(i) A Pousada de Santa Bárbara foi alienada no exercício de 2004 através de contrato promessa de compra e venda celebrado com a empresa Canasbeiras, Lda. Contudo, esta venda não foi consumada uma vez que a promitente compradora não só, não compareceu ao acto da escritura, como abandonou as respectivas instalações.

Nesta conformidade, a Enatur retomou a posse da unidade em 2009, tendo a mesma sido objecto de celebração de contrato de compra e venda com outra entidade, em Fevereiro de 2010.

(ii) Em meados de 2010, no âmbito da redução da Rede de Pousadas, assistiu-se, ao encerramento da Pousada S. Brás de Alportel, propriedade da ENATUR. Por decisão do Conselho de Administração de Junho foi deliberado dar inicio ao processo de alienação. Neste sentido foi feita a oportuna promoção da venda deste imóvel, que acabaria por dar

origem a um conjunto de manifestações de interesse na compra do edifício e na selecção de um interessado, estando prevista a realização da respectiva escritura no decorrer do 1º semestre de 2011.

c) Perdas ou ganhos reconhecidos, relacionados com imparidade ou suas reversões (quantia e item da demonstração dos resultados que os inclui):

(valores expressos em euros)

Perdas ou (ganhos) de imparidade relacionadas com os activos não correntes detidos para venda		Activos não correntes classificados no período como detidos para venda						Activos não correntes detidos para venda alienados no período			Totais
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais	...	...	Totais	
Acumuladas em 01.01.2009											
Reforços											
Reversões											
Transferências											
Alienações											
Sinistros											
Abates											
Outras alterações											
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)											
Reforços		56.671,57	264.973,25	8.410,43	210,46	38,32	330.304,03				330.304,03
Reversões											
Transferências											
Alienações											
Sinistros											
Abates											
Outras alterações											
Acumuladas em 31.12.2010		56.671,57	264.973,25	8.410,43	210,46	38,32	330.304,03				330.304,03
Linhas da demonstração dos resultados que incluem os reforços e as reversões das perdas de imparidade	Demonstração dos resultados por naturezas	Imparidades de activos não depreciáveis									
	Demonstração dos resultados por funções	Outros gastos									

10 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

10.1 - Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Para maior detalhe sobre a política contabilística adoptada consultar o ponto 3 deste anexo.

10.2 - Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período.

(valores expressos em euros)

Quantias de custos de empréstimos obtidos capitalizadas durante o período		Período 2010	Período 2009	Períodos anteriores	Totais
Activos fixos tangíveis em curso	Pousada da Covilhã	24.575,15	11.706,89		36.282,04
	Pousada de Sta. Marinha	474,94			474,94
	Pousada do Castelo	2.177,57			2.177,57
	Pousada Nª. Sra. De Oliveira	708,78			708,78
	Palácio de Estoi	1.999,28	51.027,93		53.027,21
	Pousada da Ria	303,08			303,08
	Pousada de S. Francisco	678,54	662,28		1.340,82
	Pousada de Vila do Conde		4.190,41		4.190,41
	Outras (anos anteriores)		2.131,50	2.627.490,12	2.629.621,62
	Subtotais	30.917,34	69.719,01	2.627.490,12	2.728.126,47
Totais		30.917,34	69.719,01	2.627.490,12	2.728.126,47

10.3 - Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Durante este exercício os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos capitalizados como parte do custo desses activos, foram determinados pela taxa média mensal utilizada, que resultou na taxa média anual de 3,113%.

11 – IMPARIDADE DE ACTIVOS:

11.1 - Para cada classe de activos:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

No exercício de 2010 foram reconhecidos os seguintes valores:

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Activos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso	Inventários	Clientes	Outros devedores	Activos não correntes detidos para venda	Totais
Período 2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos									330.304,03	330.304,03
		Reversões										
		Totais									330.304,03	330.304,03
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										
		Reversões										
		Totais										
Período 2009	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos										
		Reversões										
		Totais										
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										
		Reversões										
		Totais										

Quadro síntese entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2010				Período 2009			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Activos fixos tangíveis								
Propriedades de investimento								
Activos intangíveis								
Investimentos financeiros								
Investimentos em curso								
Inventários								
Clientes	21.703,64		(21.703,64)		28.154,78		(28.154,78)	
Outros devedores	19.163.647,31		(64.315,37)	19.099.331,94	14.693.951,58		(117.373,61)	14.576.577,97
Activos não correntes detidos para venda	1.139.665,03		(330.304,03)	809.361,00				
Outros activos								
Totais	20.325.015,98		(416.323,04)	19.908.692,94	14.722.106,36		(145.528,39)	14.576.577,97

11.2 - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um activo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão de perda por imparidade;

A imparidade da Pousada de S. Brás foi reconhecida nos resultados do exercício, uma vez que, todas as propostas recebidas dos eventuais interessados, nomeadamente a que está em

negociação, apresentam um valor inferior ao escriturado antes do reconhecimento da imparidade.

b) Quantia de perda por imparidade reconhecida ou revertida;

Ver mapas anteriores.

c) Natureza do activo;

Ver mapas anteriores.

e) Indicação sobre se a quantia recuperável do activo (unidade geradora de caixa) é o seu justo valor menos os gastos de vender ou o seu valor de uso;

i) Base usada para determinar o justo valor menos os gastos de vender (tal como, se o justo valor foi determinado por referência a um mercado activo);

O justo valor foi determinado com base na melhor oferta de compra.

12 – RÉDITO

12.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

Ver Nota 3

12.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

b) Prestação de serviços;

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresenta a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	2.658.562,32	100,00%	13,03%	2.352.006,00	100,00%	5,01%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	2.658.562,32	100,00%	13,03%	2.352.006,00	100,00%	5,01%

13 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

13.1 - Divulgações para cada classe de provisão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período;

b) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;

c) Quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período;

d) Quantias não usadas revertidas durante o período;

e) Aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2009										
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores			158.111,63					75.166,57	233.278,20
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas			(29.837,56)						(29.837,56)
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)				128.274,07					75.166,57	203.440,64
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2010				128.274,07					75.166,57	203.440,64

Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de Dezembro de 2010, a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra a Enatur.

14 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

14.1 - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Estes subsídios, destinados ao investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 3, de acordo com o período de vida útil dos activos tangíveis respectivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2010 o montante de 2.839.877,89 euros (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos).

O montante de 18.440.175,66 euros, de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de Outros devedores e credores é relativo a:

POVT (Pousada Porta dos Hermínios)	12.593.893,83 Euros
PIT (Jardins do Palácio de Estói)	120.604,76 Euros
Turismo de Portugal, ip (Pousada Porta dos Hermínios)	5.101.005,75 Euros
Turismo de Portugal, ip – Verbas de jogo	373.610,31 Euros
Fundo Social Europeu	251.061,01 Euros

14.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo			Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Activos fixos tangíveis	Feder / OID / NA	FEDER (55%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	1.002.299,73		1.002.299,73
			Feder / OID / NA	CCDR ALENTEJO (45%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	820.063,42		820.063,42
			Prodiatec	DGDR	Ampliação/Remodelação Pousadas	6.967.917,32		6.967.917,32
			QCA II - PDR	Turismo de Portugal,ip (25%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	1.607.741,59		1.607.741,59
			QCA II - PDR	FEDER (75%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	4.823.224,78		4.823.224,78
			QCA II - PDR	Turismo de Portugal,ip (39%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	2.056.937,68		2.056.937,68
			QCA II - PDR	FEDER (61%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	3.217.261,50		3.217.261,50
			QCA II - PDR	Turismo de Portugal,ip (50%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	28.157.438,07		28.157.438,07
			QCA II - PDR	FEDER (50%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	28.157.438,07		28.157.438,07
			QCA II - PDR	Turismo de Portugal,ip (25%)	Programa intercalar	188.406,92		188.406,92
			QCA II - PDR	IFDR (75%)	Programa intercalar	565.220,75		565.220,75
			QCAIII	Turismo de Portugal,ip (25%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	10.037.953,50		10.037.953,50
			QCAIII	FEDER (75%)	Ampliação/Remodelação Pousadas	30.113.860,50		30.113.860,50
			QREN	POVT	Adaptação Pousada da Covilhã		12.593.893,83	12.593.893,83
			PIT	Turismo de Portugal,ip	Restauro dos jardins sul do Palácio de Estoi	236.430,00		236.430,00
			PIT	Turismo de Portugal,ip	Restauro dos jardins sul do Palácio de Estoi	139.241,03	120.604,76	259.845,79
			REGFIN	Turismo de Portugal,ip	Projecto Pousada da Covilhã		5.101.005,75	5.101.005,75
			DR 81/80	Turismo de Portugal,ip	Ampliação/Remodelação Pousadas	19.129.637,06	373.610,31	19.503.247,37
Totais						137.221.071,92	18.189.114,65	155.410.186,57

15 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de dia 22 de Fevereiro de 2011.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data;

Nos termos do art.º 68 do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a respectiva data de emissão.

15.2 - Acontecimentos após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Investimentos efectuados pelo Grupo Pestana Pousadas:

A cessionária da exploração da rede de Pousadas da ENATUR tem vindo a realizar obras de ampliação nos edifícios onde estão instaladas os estabelecimentos hoteleiros que correspondem, na sua grande maioria, ao cumprimento da obrigação prevista na cláusula 15.1.3 do CCE, sem prejuízo de se ter concluído que a GPP efectuou um conjunto de investimentos excedentários, relativamente ao universo de quartos necessários para o cumprimento do designado Plano de Expansão Complementar.

Esta circunstância, voltou a suscitar o problema da imputação dos custos decorrentes da realização de investimentos de ampliação em pousadas existentes, que aliás tem acompanhado a execução do contrato de cessão de exploração das Pousadas praticamente desde o inicio da vigência do negócio, questão que viria a ser formalmente definida no clausulado do Aditamento ao CCE, assinado em 25 de Setembro de 2008.

Em síntese, a solução encontrada acabou por confirmar o entendimento de que as obras de ampliação que, por natureza, se integram nos imóveis onde são executadas, dos quais são incidíveis, incorporam-se nos imóveis onde estão instaladas as pousadas assim ampliadas, pelo que o proprietário do imóvel em causa passa a ser, também, "dono da ampliação".

Foi com base neste princípio que o Aditamento ao contrato de Cessão de Exploração veio fixar as regras então consensualizadas para a repartição deste tipo de encargos, tendo ficado consagrado o princípio nuclear de que as obras de ampliação são realizadas por acordo e que os respectivos encargos correm por conta da ENATUR ou da GPP, consoante o dono do imóvel seja uma entidade pública ou o Grupo Pestana.

Com base neste conjunto de pressupostos, ao GPP apresentou comprovativos da realização de investimentos com a natureza acima descrita, que num primeiro momento foram estimados em 1.980.909,91 €, valor de que o Conselho de Administração da EANTUR tomou conhecimento na

sua reunião de 22 de Setembro de 2010, data em que o mesmo Conselho deliberou solicitar à empresa que assegura a realização da auditoria externa às suas Contas, uma análise detalhada deste conjunto de documentos a fim de se equacionar a respectiva contabilização em momento posterior.
O Relatório assim elaborado ficou concluído em Fevereiro de 2011 e viria a certificar a realização de investimentos de ampliação em imóveis que pertencem á ENATUR ou ao Estado no montante de 1.903.588,72 €, valor quer a Enatur irá reconhecer no seu passivo, em contrapartida do registo de um aumento do seu imobilizado de idêntico valor.
A GPP informou, complementarmente, que está na disposição de converter o valor da dívida assim reconhecida em suprimentos, como forma de reforçar a estrutura de capital da empresa, que assim ficará mais preparada para fazer face ao investimento que se propõe realizar na Pousada do Terreiro do Paço, cuja concessão foi atribuída à ENATUR através de um contrato celebrado em 25 de Fevereiro de 2011.

Contrato com Frente Tejo, S.A.:

Foi assinado pela ENATUR – Empresa Nacional de Turismos, SA e pela FRENTE TEJO, SA, em 25 de Fevereiro de 2011, um Contrato de Concessão de Exploração do Imóvel do Domínio Público do Estado sob a Administração da FRENTE TEJO, SA, classificado como monumento nacional, que está localizado no quarteirão formado pela Rua do Ouro, Rua do Comércio, Rua do Arsenal e Rua Henriques Nogueira, em Lisboa.
A concessão acima referida tem por finalidade única a instalação e exploração no Imóvel, de um estabelecimento hoteleiro do tipo "Pousada", tal como classificado pelo art.º 11, nº 2, alínea c), do Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março, a integrar na Rede "Pousadas de Portugal".
A contrapartida pela concessão da gestão e exploração do Imóvel é uma taxa no montante de 4.782.900,00€ que será paga em três prestações: 1.200.000,00€, 60 dias após a data de assinatura do contrato, 1.791.450,00€ no prazo de 90 dias seguintes ao da emissão da licença de construção para a realização das obras e 1.791.450,00€ no prazo de 90 dias seguintes à emissão da licença de utilização turística.
Para garantia do cumprimento do pagamento da contrapartida financeira acima referida, será prestada uma caução no valor correspondente ao montante das parcelas que se encontrarem em dívida.
Para garantia do cumprimento das restantes obrigações emergentes do contrato será prestada outra caução de 75.000 euros pelo prazo do contrato.

Em 24 de Fevereiro de 2010, foi celebrado o contrato de promessa de compra e venda da Pousada de Sta. Bárbara, tendo-se recebido o montante de 94.500 euros, a título de sinal. Face ao atraso na marcação da escritura, por falta de elementos técnicos, foi entregue o montante de 200.000 euros para reforço do sinal no mês de Março de 2011. Prevê-se a realização da respectiva escritura no decorrer do 1º semestre de 2011.

16 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, que pode ser incrementada até um máximo 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-4 a N poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Enatur entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

16.1 - Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

e) Quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

f) Quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

g) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;

h) Quantia do gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			Período 2010			Período 2009		
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1						
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	(11.979,63)		(11.979,63)	(17.905,20)		(17.905,20)
	(Gastos)/ rendimentos por impostos diferidos: De diferenças temporárias		1.066.148,65		1.066.148,65	537.895,49		537.895,49
	De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos							
	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente							
	Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de activos por impostos diferidos					20.813,03		20.813,03
	Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior: Usados para reduzir gastos de impostos correntes							
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos							
	Imposto diferido	3	1.066.148,65		1.066.148,65	558.708,52		558.708,52
	Imposto sobre o rendimento do período	4=2+3	1.054.169,02		1.054.169,02	540.803,32		540.803,32
Totais		5=1+4	1.054.169,02		1.054.169,02	540.803,32		540.803,32

16.2 - Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Base	Imposto	Período 2010 Base	Período 2010 Taxa	Período 2010 Imposto	Período 2009 Base	Período 2009 Taxa	Período 2009 Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	-	1.371.648,95			1.274.802,41		
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	(1.054.169,02)			(540.803,32)		
		Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	317.479,93	25,00%	79.369,98	733.999,09	25,00%	183.499,77
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescer	...	4		919.882,00	25,00%	229.970,50	268.562,99	25,00%	67.140,75
		A deduzir	...	5		(624.608,59)	25,00%	(156.152,15)	(4.797,24)	25,00%	(1.199,31)
	Diferenças temporárias	A acrescer	...	6							
		A deduzir	...	7							
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		612.753,34	25,00%	153.188,34	997.764,84	25,00%	249.441,21
Dedução de perdas fiscais				9		(612.753,34)	25,00%	(153.188,34)	(997.764,84)	25,00%	(249.441,21)
Matéria colectável / colecta				10 = 8 - 9							
Benefícios fiscais por dedução à colecta				11							
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma	12		27.575,48	10,11%	2.788,33	29.600,64	9,91%	2.933,02
			Derrama	12		612.753,34	1,50%	9.191,30	997.764,84	1,50%	14.972,18
				12							
	Imposto corrente			3	13 = 10 - 11 + 12	317.479,93	3,77%	11.979,63	733.999,09	2,44%	17.905,20
	Imposto diferido (Taxa 26,5%)			? dos activos e dos passivos diferidos	14	(4.059.267,87)	26,26%	(1.066.148,65)	(2.052.189,04)	27,23%	(558.708,52)
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			-	15						
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efectiva média				3	16 = 13 - 14 - 15	317.479,93	(332,04%)	(1.054.169,02)	733.999,09	(73,68%)	(540.803,32)

16.3 - Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

A alteração da taxa relativamente ao período anterior deve-se principalmente ao facto de terem sido reconhecidos pela primeira vez, impostos diferidos sobre os subsídios.

16.4 - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado;

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no Balanço).

(valores expressos em euros)

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			Período 2010				Período 2009			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Activos por impostos diferidos	Provenientes de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados	Prejuízos fiscais 2007		159.288,88		159.288,88	1.625.743,32	(247.973,81)	(1.377.769,51)	
		Imparidade activos detidos para venda								
		...		87.530,57		87.530,57				
		...								
	Provenientes de diferenças temporárias dedutíveis	...								
		...								
		...								
		...								
		Totais		246.819,45		246.819,45	1.625.743,32	(247.973,81)	(1.377.769,51)	
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Revalorização activos fixos tangíveis	499.166,03	(66.761,56)	(9.308,05)	423.096,42	519.979,06	(20.813,03)		499.166,03
		Subsídios		(752.567,64)	25.687.136,80	24.934.569,16		(785.869,30)	25.079.067,03	24.293.197,73
		...								
		...								
		Totais	499.166,03	(819.329,20)	25.677.828,75	25.357.665,58	519.979,06	(806.682,33)	25.079.067,03	24.792.363,76

16.5 - Quantia de um activo por impostos diferidos e natureza das provas que suportam o seu reconhecimento (apenas quando a utilização do activo por impostos diferidos for dependente de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e tenha sido sofrido um prejuízo quer no período corrente quer no período precedente na jurisdição fiscal com que se relaciona o activo por impostos diferidos).

À data de encerramento das contas de 2009 a empresa considerou que os lucros tributáveis futuros poderiam deixar de ser suficientes para permitirem a plena aplicação do mecanismo de reporte de prejuízos fiscais ainda recuperáveis naquela data, pelo que o saldo da conta de Activos por Impostos Diferidos foi objecto de reversão.

No final do exercício de 2010, a empresa reavaliou aquela decisão tendo concluído, perante o resultado fiscal apurado, que aqueles prejuízos fiscais eram passíveis de reporte não só neste exercício, mas também no próximo.

Esta expectativa baseia-se na previsão de que o rendimento da Enatur se mantenha inalterado o que, associado ao programa de contenção de custos em curso no âmbito do Orçamento do Estado para

2011, se traduza num resultado fiscal positivo, permitindo desta forma a utilização dos prejuízos fiscais de 2007, no montante de 637.155,53 euros.

17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

17.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 3

Categorias de activos e passivos financeiros

17.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Accionistas/Estado/Outras contas a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2010			31.12.2009		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Activos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	21.703,64	(21.703,64)		28.154,78	(28.154,78)	
		Estado	74.529,21		74.529,21	199.557,68		199.557,68
		Outras contas a receber	19.163.647,31	(64.315,37)	19.099.331,94	14.693.951,58	(117.373,61)	14.576.577,97
		Diferimentos	15.773,99		15.773,99	11.752,57		11.752,57
		Caixa e depósitos bancários	10.783,72		10.783,72	5.558,34		5.558,34
		Outros activos financeiros	16.604,70		16.604,70	16.604,70		16.604,70
		Subtotais	19.303.042,57	(86.019,01)	19.217.023,56	14.955.579,65	(145.528,39)	14.810.051,26
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		...						
		Subtotais						
		Totais	19.303.042,57	(86.019,01)	19.217.023,56	14.955.579,65	(145.528,39)	14.810.051,26
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	3.384,40		3.384,40	20.190,48		20.190,48
		Estado	137.331,59		137.331,59	25.284,97		25.284,97
		Outras contas a receber	652.191,27		652.191,27	371.359,40		371.359,40
		Clientes	37.452,69		37.452,69			
		Financiamentos obtidos	8.687.505,98		8.687.505,98	10.893.298,57		10.893.298,57
		Diferimentos	685.855,03		685.855,03	684.216,75		684.216,75
		Subtotais	10.203.720,96		10.203.720,96	11.994.350,17		11.994.350,17
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
		...						
		Subtotais						
		Totais	10.203.720,96		10.203.720,96	11.994.350,17		11.994.350,17

Capital Próprio

Em 31 de Dezembro o capital próprio da Enatur, apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2010	31-12-2009
Capital próprio		
Capital	8.000.000,00	8.000.000,00
Acções (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais	53.914,73	29.468,07
Outras reservas	1.725.332,40	1.725.332,40
Resultados transitados	-4.056.969,34	-4.564.065,50
Ajustamentos em activos financeiros	-308.639,11	-308.639,11
Outras variações no capital próprio	69.201.080,54	67.422.182,42
Resultado líquido do período	1.371.648,95	1.274.802,41
Total	**75.986.368,17**	**73.579.080,69**

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas

17.3 - Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de:

a) Activos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;

b) Passivos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados;

c) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No exercício de 2010 verificaram-se os seguintes ganhos em activos financeiros reconhecidos nos resultados na conta 762:

(valores expressos em euros)

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de activos e passivos financeiros			Período 2010			Período 2009		
			Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas	Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas
Activos financeiros	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Reversão de imparidade de dívidas a receber	59.509,38		59.509,38			
		...						
		Subtotais	59.509,38		59.509,38			
Passivos financeiros	Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Mensurados ao custo amortizado	...						
		...						
		Subtotais						
Totais			59.509,38		59.509,38			

17.4 - Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efectiva) para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

(valores expressos em euros)

Rendimentos e gastos de juros para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados		Período 2010			Período 2009		
		Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros
Activos financeiros	Depósitos bancários	6,97		6,97	187,66		187,66
	...						
Passivos financeiros	Financiamentos obtidos		268.363,70	(268.363,70)		390.279,09	(390.279,09)
	...						
Totais		6,97	268.363,70	(268.356,73)	187,66	390.279,09	(390.091,43)

17.5 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de activos financeiros.

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de activos financeiros	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Clientes	21.703,64	(21.703,64)		28.154,78	(28.154,78)	
Outras contas a receber	19.163.647,31	(64.315,37)	19.099.331,94	14.693.951,58	(117.373,61)	14.576.577,97
...						
...						
...						
Totais	19.185.350,95	(86.019,01)	19.099.331,94	14.722.106,36	(145.528,39)	14.576.577,97

Instrumentos de capital próprio

17.6 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da Enatur, totalmente subscrito e realizado, era representado por 1 600 000 acções com o valor nominal de cinco euros.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Turismo de Portugal, ip 30,77%
- Direcção Geral do Tesouro..... 20,23%
- Grupo Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, S.A. 49,00%

18 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS~

18.1 - Benefícios pós-emprego

A avaliação actuarial mais recente dos activos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efectuada em 31 de Dezembro de 2010 por Pensões Gere, do Grupo BCP.

Características do Fundo:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Empregados abrangidos	6	6
Idade média	48,33	47,33
Tempo de serviço médio	18,41	17,41
Salário médio mensal	2.030,28	2.030,28
Massa salarial	170.543,10	170.543,10

Os pressupostos técnicos-actuariais são os seguintes:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Crescimento salarial	2,5% / ano	2,5% / ano
Taxa de rendimento do Fundo	5,% / ano	5,5% / ano
Crescimento das pensões	0% / ano	0% / ano
Rendimento considerado nas rendas vitalícias imediatas	3% / ano	4% / ano
Tábua de mortalidade	GKF80	GKF80
Tábua de invalidez	EKV80	EKV80
Rotatividade	Não considerado	Não considerado
Nº de pensões pagas anualmente	13	13
Idade de reforma	65 anos	65 anos

Movimentos efectuados no Fundo durante o exercício:

DISCRIMINAÇÃO	2010		2009	
Valor presente da obrigação de benefícios definidos no início do exercício	53.870,64		48.898,44	
Benefícios pagos pela Empresa (prémios de rendas vitalícias)	0,00	(-)	0,00	(-)
Custo dos Serviços Correntes	4.345,07	(+)	4.033,72	(+)
Custo dos Juros	3.173,51	(+)	2.911,27	(+)
Ganhos e Perdas Actuariais	8.012,82	(+)	-1.972,79	(+)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos no final do exercício	69.408,04		53.870,64	
Valor do Fundo no final do exercício	43.074,78		42.855,41	
Valor do Fundo no início do exercício	42.836,51	(-)	38.560,60	(-)
Contribuições	0,00	(-)	0,00	(-)
Benefícios pagos pelo Fundo de Pensões (prémios de rendas vitalícias)	0,00	(+)	0,00	(+)
Retorno Real dos Activos do Plano	**238,27**		**4.294,81**	

Políticas contabilísticas para tais ganhos ou perdas actuariais

Ver Nota 3

É intenção da Enatur proceder à extinção do Fundo de Pensões e a passagem das respectivas unidades de participação para os beneficiários do Plano através da subscrição de contratos de Adesão Individual a um Fundo de Pensões Aberto.

No relatório de avaliação actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2010 existia um défice actuarial de 476,90 euros. A entidade responsável pela gestão do Fundo entendeu não apresentar uma proposta de contribuição do mesmo, em virtude do plano de pensões estar em vias de extinção. A Enatur achou por bem fazer esse reforço no mês de Março de 2011.

19 -DIVULGAÇÕES EXIGIDAS PO DIPLOMAS LEGAIS

19.1 – Honorários de Consultoria Fiscal:

Os honorários pagos durante o exercício de 2010 e de 2009 pelos serviços de revisão oficial das contas e auditoria externa foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos serviços de Consultoria Fiscal	Período 2010			Período 2009		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	11.368,44		11.368,44	11.368,44		11.368,44
Serviços de auditoria externa	8.000,03		8.000,03	8.000,03		8.000,03
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	19.368,47		19.368,47	19.368,47		19.368,47

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Amortizações do exercício

No presente exercício, a empresa manteve a política de amortizações iniciada em 2005 por deliberação do Conselho de Administração, como a seguir se refere.

Por um lado, foi decidido pela Enatur, em acordo com o Grupo Pestana Pousadas, suspender as reintegrações da totalidade dos FFE'S bem como o reconhecimento dos subsídios associados.

Esta decisão fundamentou-se no contrato de cessão de exploração celebrado em 8 de Agosto de 2003 entre a Enatur e o Grupo Pestana Pousadas, uma vez que, no termo do mesmo, será concretizada a devolução à Enatur, dos FFE'S transferidos por esta para o Grupo Pestana Pousadas, tendo por base os inventários feitos a 31 de Agosto de 2003, actualizado com as ampliações e remodelações entretanto efectuadas.

Por outro lado, foi deliberado alterar as taxas de amortização dos edifícios, passando a ser aplicadas as taxas mínimas permitidas por legislação fiscal admitindo que as mesmas traduziam a vida útil estimada.

Na realidade, constata-se que não era uniforme a taxa de reintegração aplicada aos mesmos, porquanto alguns vinham a ser reintegrados às taxas máximas permitidas pelos diversos diplomas legais (consoante a sua antiguidade), e outros às taxas mínimas constantes dos mesmos diplomas.

Considera-se ainda o facto de a vida económica do bem nem sempre coincidir com a sua vida útil fiscal, o que se observa pela experiência acumulada na Enatur na exploração da sua actividade, a qual permite concluir, no caso dos edifícios, que estes mantêm a sua actividade muito para além da vida útil baseada em critérios fiscais.

Assim, a existência de taxas diferentes para situações idênticas, reclamou a necessidade de harmonizar a política de contabilização das amortizações, pelo que, foi decidido adoptar como base de cálculo a vida útil estimada, por se considerar que deste modo, a política de amortizações reflectirá mais aproximadamente o modelo de uso destes activos.

Esta alteração não terá implicações fiscais, pois continua a ser praticado o método das quotas constantes, mas agora a uma vida útil remanescente maior, não ocorrendo qualquer revalorização ou desvalorização do activo.

No que respeita às unidades com contrato, o critério utilizado, foi o de repercutir o valor das amortizações até ao final do mesmo.

Contudo, no exercício de 2009, o Conselho de Administração decidiu abrir uma excepção, atribuindo um período limite de 40 anos para amortização das imobilizações nas Pousadas cujo contrato de concessão tenha duração superior.

De acordo com o parágrafo anterior, foram alterados naquele exercício, os anos de vida útil esperada, da Pousada de Nª. Sra. da Assunção, bem como do Palácio de Estói, cujo período de amortização teve o seu início em 2009.

b) Pousada Quinta da Ortiga

Através do Despacho nº 15774/2007, de 29/6,publicada no Diário da República em 23/7/2007, o Sr. Primeiro-Ministro autorizou a reversão dos vários prédios da Quinta da Ortiga a favor da Família Lobo de Vasconcellos.

Estão pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, os pedidos de adjudicação dos prédios cuja reversão a favor da Família Lobo de Vasconcellos foi autorizada. Desta forma, é impossível, determinar qual a influência que a decisão que venha a ser tomada pelo Tribunal referido irá ter nas contas da Enatur, pelo que é entendimento da Administração que não se faça qualquer ajustamento porque competirá ao Estado a eventual recomposição do Capital Social e ressarcir a Enatur dos investimentos entretanto efectuados. A Quinta da Ortiga entrou para o capital da Enatur em 27/4/1990, com o valor de 723.990,18 Euros; reavaliações, investimentos e amortizações posteriores fazem com que actualmente o seu valor líquido contabilístico seja de 1.053.856,73 Euros.

No seguimento do acima referido, a Enatur encerrou as instalações da Pousada.

Face ao exposto, a Enatur celebrou um acordo com aquela entidade, de entrega provisória dos prédios acima referidos.

c) Inspecção tributária

No exercício de 2009 a Enatur foi alvo de uma exaustiva inspecção tributária aos anos de 2005 e 2006, a qual culminou com uma correcção ao resultado fiscal nos montantes de 194.788,48 Euros e 446.457,28 Euros, respectivamente.

Pelo facto de a Administração Fiscal ter procedido à correcção do lucro tributável dos exercícios acima referidos, não resultou qualquer imposto a pagar, situação que se deve ao facto de a Enatur ter apurado prejuízos fiscais em exercícios anteriores, que foram deduzidos aos lucros tributáveis corrigidos, procedendo, desta forma, a Administração Fiscal à respectiva compensação.

A Enatur apresentou uma reclamação graciosa por não concordar com esta decisão. Esta reclamação porém, foi indeferida em 31/05/2010. A Enatur interpôs uma impugnação judicial em 16/06/2010 aguardando nesta altura a decisão do Tribunal.

Contudo, é convicção da Administração, que o desfecho seja favorável à Enatur, pelo que, não foi feito qualquer ajustamento às contas.

d) Garantias prestadas:

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Garantias Bancárias prestadas:		
Turismo de Portugal, ip	145.005,98	217.989,81
Direcção Geral dos Impostos Dir. Fin. Lisboa 1	143.262,60	143.262,60
Outras entidades	3.476,62	18.440,56
Total	291.745,20	379.692,97

Para além do referido no quadro acima, a Enatur, S.A. assumiu responsabilidades por garantias prestadas aos Bancos como caução de contas de financiamento ou descoberto no valor de 11.527.321 euros.

e) Auditoria à qualidade do serviço nas Pousadas:

A empresa adjudicou, em 2010, à empresa SGS, um conjunto de auditorias, nesta data em curso, à qualidade do serviço prestado na sua Rede de Pousadas, dando assim cumprimento a uma das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Cessão de Exploração.

f) Redução da Rede de Pousadas

Em Junho meados de 2010, no âmbito da redução da Rede de Pousadas, assistiu-se, ao encerramento da Pousada S. Miguel, em Sousel, imóvel, propriedade do Turismo de Portugal, ip e arrendado à Enatur. Por força deste encerramento e por decisão do Conselho de Administração, foi rescindido o contrato de arrendamento com o Turismo de Portugal, ip em 1 de Julho de 2010.

g) Ampliação da Rede de Pousadas

Em 2010, foi lançado o Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a execução das obras de adaptação do edifico do antigo Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, onde irá funcionar a futura Pousada da Serra da Estrela, de acordo com um projecto que esteve a cargo do Gabinete do

Arquitecto Eduardo Souto de Moura. O contrato de empreitada assim adjudicado, viria a ser assinado em 21 de Janeiro de 2011.

Para complementar a cobertura financeira deste projecto no montante de 12,6 Milhões de Euros, atribuída no âmbito do POVT em 2009, a empresa beneficiou, também, em 2010, da concessão de um financiamento não reembolsável, no montante de 5,1 Milhões de Euros, concedido ao abrigo do Despacho Normativo nº 31/2009, de 20 de Agosto, que criou o Regime Especial de Financiamentos do Turismo de Portugal. Esta comparticipação financeira foi concedida através de um Despacho do Sr. Secretário de Estado do Turismo, em 19.07.2010.

h) Discriminação da conta "Outros rendimentos e ganhos":

(valores expressos em euros)

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	VALOR
Rendimentos suplementares	1.089,27
Correcções relativas a períodos anteriores	40.017,46
Excesso da estimativa para impostos	5,71
Subsídios para investimento	2.839.877,89
Venda de cadernos de encargos	27.083,29
Outros não especificados	0,09
Total	2.908.073,71

Lisboa, 18 de Março de 2011

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

T. Lança Baeta

O Conselho de Administração

ENATUR

RELATÓRIO DOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2010

ENATUR

Relatório de Avaliação do Gestor Executivo da ENATUR reportado ao ano de 2010

Nos termos previstos no nº 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, publicada em 28 de Março do mesmo ano, os membros não executivos dos órgãos de administração da ENATUR deverão emitir um Relatório sobre o desempenho anual dos gestores executivos que, no caso em apreço, abrange apenas o Presidente do mesmo Conselho de Administração, Sr. Eng. Rui Manuel Campos de Almeida Mota.

Para tanto, é de recordar que as Orientações Estratégicas específicas aprovadas para o quadriénio 2007/2010 preconizavam:

- O acompanhamento do contrato de Cessão de Exploração da Rede de Pousadas e do Plano de Expansão Complementar a propor pelo Concessionário.
- A realização de investimentos de expansão em novas Pousadas e na remodelação e ampliação das existentes
- A redução do endividamento bancário em 30%, pelo menos, até 2010

Da análise feita à actividade desenvolvida pela Empresa, conclui-se, desde logo, que em todas as áreas acima identificadas foram atingidos, em 2010, resultados que reflectem a concretização dos desígnios que a Empresa se propunha atingir neste ano, de onde se destacam, pela sua importância, os seguintes:

a) - O acompanhamento das obrigações da cedente no Contrato de exploração assinado em 2003, de onde se destaca o facto de ter sido iniciado um processo de auditoria à qualidade do serviço prestado na Rede de Pousadas, dando assim cumprimento a uma das atribuições que são conferidas à ENATUR pelo Contrato de Cessão de Exploração nesta data em curso, relacionada com o controlo da qualidade do serviço que é prestado aos clientes.

b) - O facto de, no ano de 2010, ter decorrido um Concurso Público Internacional visando a adjudicação da empreitada de adaptação do edifício do antigo Sanatório dos Ferroviários a Pousada da Serra da Estrela, obra prevista no Plano de Expansão constante do contrato de cessão de exploração da Rede de Pousadas de Portugal.

c) - A realização de obras de conservação no parque de Pousadas existente, revelando um satisfatório grau de execução dos planos acordados em 2009 e em 2010 com esta finalidade.

ENATUR

d) – As metas atingidas no que concerne ao objectivo de redução do endividamento, que acabariam por exceder o valor mínimo estipulado para o efeito, conforme resulta das Contas da Empresa reportadas a 31.12.2010.

Em função dos resultados acima expressos, constata-se que a actividade desenvolvida pelo Administrador Executivo da Empresa contribuiu para que a Empresa tenha cumprido as Orientações Estratégicas definidas para o ano em apreço, os administradores não executivos da ENATUR entendem reconhecer o trabalho do Sr. Eng. Rui Manuel Campos de Almeida Mota e o empenho demonstrado na execução das actividades supra referidas.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2010

Os Administradores Não Executivos

(Luis Manuel Dos Santos Silva Patrão)

(Maria José Martins Catarino)

(José Manuel Castelão Costa)

(João Alberto Ferreira da Silva)

ENATUR

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2010

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31.12.10 (que evidencia um activo líquido de 111.751 milhares de euros e capital próprio de 75.986 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.372 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação mencionada no parágrafo 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

   -a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   -a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   -a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Em 2002 e 2003 foi efectuada a contagem física dos bens móveis de 21 pousadas mas não se procedeu à sua valorização e reconciliação com os registos contabilísticos, facto que não permite aferir a existência e a integralidade dos valores divulgados nas demonstrações financeiras.

Opinião

8. Excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7, é nossa opinião que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA, em 31.12.10, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e os princípios de governo aplicáveis à sociedade.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações:

10.1. Como se refere na nota 2.4 – iii) do anexo a empresa avaliou e concluiu não haver indicações de que os activos fixos tangíveis estavam com imparidade.

10.2. A Enatur foi demandada em acções judiciais nas quais foram reclamadas as reversões dos prédios denominados Ortiga, Herdade do Burrinho, Herdade do Morgavel e Arneirinho do Gaio de Baixo, cuja propriedade lhe foi atribuída como realização de capital social pelo Despacho A-3/91, de 21.12.91, dos Ministros das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território e do Comércio e Turismo.

O Supremo Tribunal Administrativo reconheceu que os imóveis deviam regressar à titularidade dos expropriados. Embora não esteja concluído o processo de adjudicação, a Enatur procedeu à entrega provisória dos três primeiros prédios, mantendo-os registados com o valor contabilístico líquido de 1.058.000 €.

Como se divulga na nota 20, b) do Anexo não se procedeu ao ajustamento das contas por ser convicção do Conselho de Administração de que competirá ao Estado a recomposição do capital social e o reembolso de eventuais custos adicionais e dos investimentos realizados.

10.3. Em 2005 o Conselho de Administração deliberou suspender a reintegração dos bens designados no contrato de cessão de exploração por Furniture, Fixtures and Equipment (FF&E), com o fundamento de que a cessionária está obrigada, durante o período do contrato, a conservar e a mantê-los em bom estado de funcionamento e à substituição a expensas suas se ocorrer obsolescência, perda, destruição ou avaria e a devolvê-los, no final do contrato, em boas condições operacionais e em estado de conservação não inferior ao existente quando recebeu a Rede em 01.09.2003. Esta alteração é divulgada na nota 20, a) do Anexo.

A empresa aguarda resposta ao requerimento apresentado à DGCI em 2005 para suspender a amortização daqueles bens e retomá-la no final do contrato.

O Conselho de Administração decidiu também em 2005 harmonizar a política de contabilização das amortizações de edifícios, nos termos divulgados na nota acima referida.

10.4. Em 2009 a empresa teve conhecimento do resultado da inspecção tributária aos exercícios de 2005 e 2006 e, como se refere na nota 20, c) do Anexo, apresentou reclamação graciosa dos acréscimos ao resultado fiscal de, respectivamente, 195.000 e 446.000 euros comunicados pela DGCI, vindo a ter conhecimento do seu indeferimento em Março.2010. Apesar de a Administração Fiscal ter corrigido o lucro tributável daqueles exercícios, não resultou imposto a pagar uma vez que os acréscimos foram compensados por prejuízos fiscais dedutíveis apurados em exercícios anteriores.

A Enatur interpôs impugnação judicial em 16/06/2010 aguardando nesta altura decisão do Tribunal.

Na citada nota do Anexo a Administração afirma estar convicta que o desfecho desta situação será favorável à Enatur, pelo que, não procedeu a qualquer ajustamento das contas.

Lisboa, 01 de Abril de 2011

António Simões Mateus
Roc

ENATUR

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2010

António Simões Mateus
Revisor oficial de contas
R Luís de Camões nº 7 , 5º E 2685 220 Portela Lrs

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Introdução

O presente relatório e parecer é emitido em conformidade com a alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da qual nos cumpre analisar o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2 010, apresentados pelo Conselho de Administração da Enatur - Empresa Nacional de Turismo, SA.

2. Apreciação do relatório de gestão

O relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, evidencia de forma clara os aspectos mais relevantes da evolução dos negócios e da situação económica e financeira da empresa, satisfazendo os requisitos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Este documento procede ainda a uma análise do grau de cumprimento das orientações estratégicas específicas definidas para a empresa pelos accionistas e da aplicação dos princípios de bom governo da sociedade, em conformidade com o disposto no DL 558/99, de 17/12, na redacção dada pelo DL 300/2007, de 23/08, e na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28/03, respectivamente.

3. Apreciação das contas do exercício

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas, princípios e procedimentos contabilísticos geralmente aceites, possibilitando uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados das operações e dos fluxos de caixa.

Os aspectos mais relevantes do exame dessas demonstrações constam da Certificação Legal das Contas, emitida em 21 de Março de 2011, que aqui se dá como reproduzida.

4. Apreciação da proposta de aplicação de resultados

A proposta de aplicação do resultado líquido positivo apurado no exercício, no montante de 1.371.648.95 € está de acordo com as disposições legais e estatutárias, reunindo condições para aprovação pelos accionistas.

5. Parecer

Face ao exposto, sou de parecer que os Senhores Accionistas aprovem:

- O relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações do capital próprio, o anexo e demais documentos de prestação de contas do exercício de 2.010.
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 01 de Abril de 2011

António Simões Mateus

ROC